ROMI® | TRADIÇÃO EM INOVAR

INDÚSTRIAS ROMI S.A.

Companhia Aberta - CNPJ nº 56.720.428/0001-63

www.romi.com.br

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO | 2014

Prezados Senhores:
Submetemos à apreciação dos Senhores Acionistas, Clientes, Fornecedores, Mercado de Capitais e à Sociedade em Geral, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Indústrias Romi S.A. ("Romi" ou "Companhia"), referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes.
O ano de 2014 foi um ano marcado pela fraca atividade econômica devido ao clima de incerteza que pairou sobre o mercado desde o seu início. A consistente elevação da taxa de juros, somada a eventos, como a Copa do Mundo e a eleição presidencial, entre outros fatores, contribuíram para o cenário de volatilidade constante e desestimularam os investimentos ao longo de todo o ano.
No Brasil, de janeiro a dezembro de 2014, a produção industrial acumula queda de 3,2% em relação ao mesmo período de 2013, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, que mostram também que a produção do setor de bens de capital acumula, na mesma comparação, contração de 9,6%.
O consumo aparente (soma das vendas de máquinas e equipamentos nacionais e importados) de máquinas e equipamentos no Brasil caiu 15,0% em 2014 em comparação com 2013, de acordo com dados da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos - ABIMAQ.

1. DESEMPENHO OPERACIONAL

Receita Operacional Líquida
A Receita Operacional Líquida auferida em 2014 foi de R$ 648,6 milhões, 2,8% inferior ao registrado em 2013. O mercado doméstico foi responsável por 69,5% deste montante. A receita obtida no mercado externo, que considera as vendas realizadas pelas subsidiárias da Romi no exterior (México, Estados Unidos, Reino Unido, França, Alemanha e Espanha e B+W) foi de US $ 83,0 milhões, montante 12,8% superior ao alcançado em 2013.
Em 31 de dezembro de 2014, a carteira de pedidos totalizava R$ 280,6 milhões, montante 9,3% abaixo da carteira ao final do 4T13, demonstrando os desafios a serem enfrentados nos próximos trimestres, seja de adequação da operação a esse nível de produção, seja de buscar mercados que demandem os produtos Romi.
Em 2014, a entrada de pedidos foi de R$ 692,2 milhões, montante 13,1% inferior ao obtido no ano de 2013.

Margens
Em 2014, a margem bruta foi de 25,8%, 3,1 pontos percentuais abaixo do obtido em 2013. No segmento de máquinas, o menor volume de máquinas no mercado doméstico, o mix de produtos faturados, que apresentou maior participação de máquinas de menor porte, cujas margens são geralmente inferiores às demais em virtude das características desses equipamentos e as despesas relacionadas as otimizações da estrutura operacional, foram os principais responsáveis pela redução mencionada. Já a unidade de fundidos e usinados vem sofrendo impacto negativo direto da diminuição da produção doméstica nos segmentos automotivo-comercial (caminhões) e máquinas agrícolas.

Resultado Líquido
O lucro líquido do ano de 2014 atingiu R$ 7,7 milhões.

2. INVESTIMENTOS

Ao longo do ano de 2014 foram investidos R$ 32,5 milhões, sendo destinados, em parte, para a manutenção, produtividade e modernização do parque industrial, dentro do plano de investimento previsto para o ano de 2014.

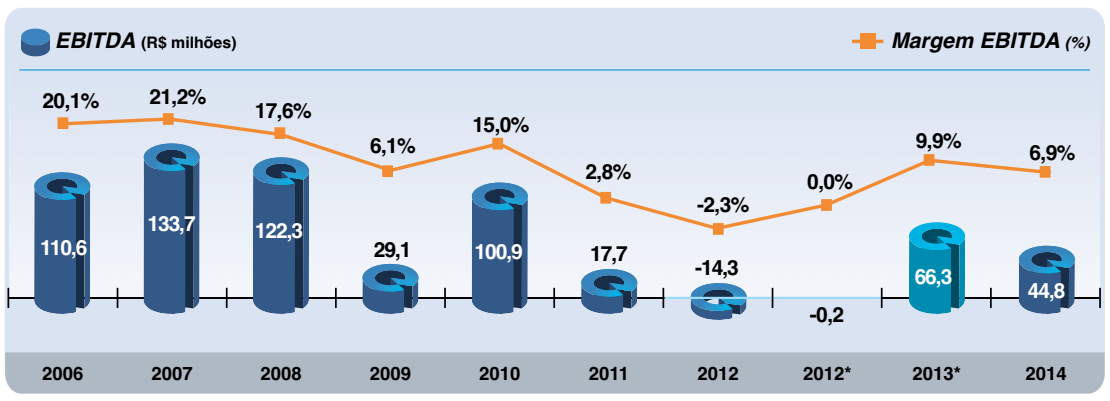
3. AUDITORIA EXTERNA

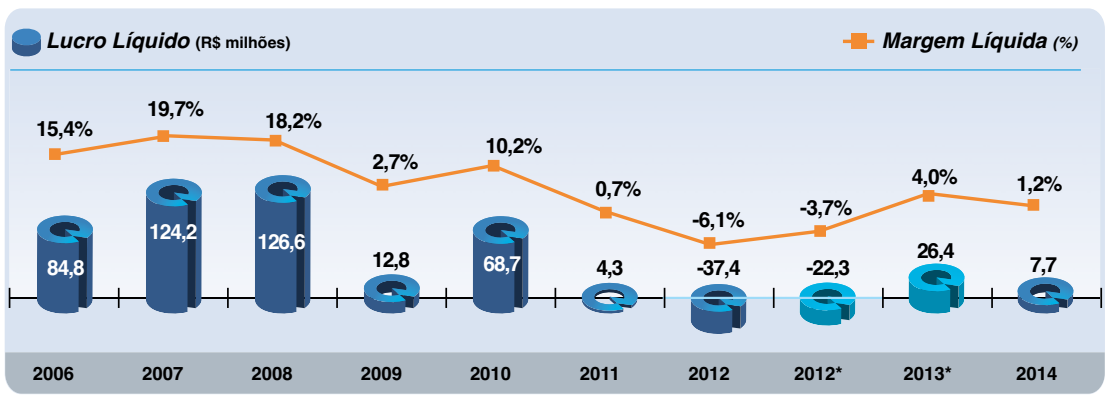
Atendendo às disposições da Instrução CVM 381/03, a Companhia informa que no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, não ocorreu a prestação de qualquer serviço que não seja o de auditoria das demonstrações financeiras, pela Companhia PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes.

4. ARBITRAGEM

As ações da Romi encontram-se listadas no Novo Mercado da BM&FBovespa, segmento diferenciado de listagem que engloba aquelas Companhias que, de forma espontânea, se destacam na adoção dos mais elevados padrões de governança corporativa. Consequentemente, a Companhia está vinculada à Câmara de Arbitragem do Novo Mercado da BM&FBovespa. Desta forma, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no seu Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento de Listagem do Novo Mercado, do Contrato de Participação no Novo Mercado e do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado.

A Administração





*Os valores apresentados em 2012 e 2013 desconsideram os resultados obtidos pela Romi Itália, subsidiária italiana da Companhia, cuja liquidação ocorreu em 18 de setembro de 2013.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais

Ativo	Nota explicativa	Controladora 2014	Controladora 2013	Consolidado 2014	Consolidado 2013
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	3	106.170	63.834	145.580	107.232
Duplicatas a receber	4	62.731	96.535	105.923	120.371
Valores a receber - repasse FINAME fabricante	5	173.575	243.434	173.575	243.434
Estoques	6	205.811	220.826	258.014	274.066
Partes relacionadas	8	27.400	15.307	492	643
Impostos e contribuições a recuperar		15.640	12.247	17.892	13.932
Outros créditos	5	18.406	20.944	21.028	25.118
		609.733	673.127	722.504	784.796
Não circulante					
Duplicatas a receber	4	8.700	10.814	8.700	10.814
Valores a receber - repasse FINAME fabricante	5	132.239	190.712	132.239	190.712
Partes relacionadas	8	44.442	45.617	–	–
Impostos e contribuições a recuperar		1.682	1.267	1.682	1.267
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	47.076	50.487	47.128	50.487
Depósitos judiciais	14	1.471	1.465	1.471	1.465
Outros créditos	5	27.899	36.268	28.502	37.771
Investimentos em controladas e coligadas	7	111.808	108.334	2.329	2.327
Imobilizado, líquido	10	214.171	217.387	278.400	272.559
Propriedades de Investimento	9	14.211	14.211	19.875	19.989
Intangível	11	2.608	4.365	46.166	48.943
		606.307	680.927	566.492	636.334
Total do ativo		1.216.040	1.354.054	1.288.996	1.421.130

Passivo	Nota explicativa	Controladora 2014	Controladora 2013	Consolidado 2014	Consolidado 2013
Circulante					
Financiamentos	12	100.716	51.262	104.916	54.169
Financiamentos - FINAME fabricante	13	133.024	210.429	133.024	210.429
Fornecedores		20.758	46.979	30.992	43.392
Salários e encargos sociais		16.429	20.765	19.291	23.960
Impostos e contribuições a recolher		3.957	10.980	6.610	16.364
Adiantamentos de clientes		11.418	18.275	40.928	54.836
Dividendos e juros sobre o capital próprio		1.719	359	1.719	396
Participações a pagar		575	373	575	373
Outras contas a pagar		6.953	7.350	14.989	9.269
Provisão para passivo a descoberto - controlada	7	25.356	19.530	–	–
Partes relacionadas	8	595	1.065	335	198
		321.500	387.367	353.379	413.386
Não circulante					
Financiamentos	12	129.718	135.704	143.405	148.704
Financiamentos - FINAME fabricante	13	117.053	172.274	117.053	172.274
Impostos e contribuições a recolher		1.133	2.214	1.133	2.214
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	14	4.099	7.829	4.099	7.829
Outras contas a pagar		–	431	350	823
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	–	–	25.416	25.977
		252.003	318.452	291.456	357.821
Total dos passivos		573.503	705.819	644.835	771.207
Patrimônio líquido					
Capital social	16	489.973	489.973	489.973	489.973
Reserva de capital	16	2.052	2.052	2.052	2.052
Ações em tesouraria	16	(10.349)	–	(10.349)	–
Reserva de lucros	16	146.301	140.784	146.301	140.784
Ajuste de avaliação patrimonial	16	14.560	15.426	14.560	15.426
		642.537	648.235	642.537	648.235
Participação dos acionistas não controladores		–	–	1.624	1.688
Total do patrimônio líquido		642.537	648.235	644.161	649.923
Total do passivo e patrimônio líquido		1.216.040	1.354.054	1.288.996	1.421.130

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto lucro por ação expresso em reais

	Nota explicativa	Controladora 2014	Controladora 2013	Consolidado 2014	Consolidado 2013
Operações Continuadas					
Receita operacional líquida	22	493.593	541.938	648.611	667.423
Custo dos produtos e serviços vendidos	23	(374.135)	(393.636)	(481.184)	(474.151)
Lucro bruto		119.458	148.302	167.427	193.272
Receitas (despesas) operacionais					
Com vendas	23	(53.748)	(56.487)	(72.738)	(72.003)
Gerais e administrativas	23	(39.439)	(48.038)	(63.793)	(66.506)
Pesquisa e desenvolvimento	23	(19.824)	(19.011)	(19.824)	(19.066)
Participação e honorários da Administração	8	(6.315)	(6.045)	(6.442)	(6.174)
Resultado de participações societárias	7	5.204	8.063	–	–
Outras receitas operacionais, líquidas	25	1.224	273	4.953	754
		(112.898)	(121.245)	(157.844)	(162.995)
Lucro operacional		6.560	27.057	9.583	30.277
Receitas (despesas) financeiras					
Receitas financeiras	24	12.497	13.575	14.403	15.047
Despesas financeiras	24	(11.882)	(13.769)	(12.947)	(14.693)
Variação cambial, líquida	24	1.384	3.862	1.292	3.879
		1.999	3.668	2.748	4.233
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		8.559	30.725	12.331	34.510
Imposto de renda e contribuição social		**(1.324)**	**(4.823)**	**(4.661)**	**(8.131)**
Lucro líquido do exercício					
Resultado líquido das Operações Continuadas		7.235	25.902	7.670	26.379
Resultado líquido das Operações Descontinuadas		–	(24.537)	–	(24.537)
Lucro líquido do exercício		7.235	1.365	7.670	1.842
Atribuível à					
Participação dos acionistas da controladora				7.235	1.365
Participação dos acionistas não controladores				435	477
				7.670	1.842
Lucro líquido básico por ação em reais - R$	16	0,10	0,02		

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em milhares de reais

	Nota explicativa	Atribuído à participação dos controladores: Capital social	Reserva de capital	Ações em tesouraria	Reserva de lucros: Reserva de lucros	Reserva legal	Total	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros (prejuízos) acumulados	Total	Participação dos acionistas não controladores	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2013		**489.973**	**2.052**	**(17.850)**	**116.579**	**41.012**	**157.591**	**3.761**	**–**	**635.527**	**1.743**	**637.270**
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	–	–	1.365	1.365	477	1.842
Efeito de conversão para moeda estrangeira		–	–	–	–	–	–	11.665	–	11.665	–	11.665
Total dos resultados abrangentes reconhecido do exercício		–	–	–	–	–	–	11.665	1.365	13.030	477	13.507
Cancelamento das ações em tesouraria de emissão própria	17	–	–	17.850	(17.850)	–	(17.850)	–	–	–	–	–
Constituição de reserva legal		–	–	–	–	68	68	–	(68)	–	–	–
Dividendos distribuídos por controlada		–	–	–	–	–	–	–	–	–	(532)	(532)
Dividendos obrigatórios		–	–	–	–	–	–	–	(322)	(322)	–	(322)
Transferência entre reservas		–	–	–	975	–	975	–	(975)	–	–	–
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas		–	–	17.850	(16.875)	68	(16.807)	–	(1.365)	(322)	(532)	(854)
Saldo em 31 de dezembro de 2013		**489.973**	**2.052**	**–**	**99.704**	**41.080**	**140.784**	**15.426**	**–**	**648.235**	**1.688**	**649.923**
Saldos em 1º de janeiro de 2014		**489.973**	**2.052**	**–**	**99.704**	**41.080**	**140.784**	**15.426**	**–**	**648.235**	**1.688**	**649.923**
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	–	–	7.235	7.235	435	7.670
Efeito de conversão para moeda estrangeira		–	–	–	–	–	–	(866)	–	(866)	–	(866)
Total dos resultados abrangentes reconhecido do exercício		–	–	–	–	–	–	(866)	7.235	6.369	435	6.804
Aquisição de ações de emissão própria	16	–	–	(10.349)	–	–	–	–	–	(10.349)	–	(10.349)
Constituição de reserva legal		–	–	–	–	362	362	–	(362)	–	–	–
Dividendos distribuídos por controlada		–	–	–	–	–	–	–	–	–	(499)	(499)
Dividendos obrigatórios		–	–	–	–	–	–	–	(1.718)	(1.718)	–	(1.718)
Transferência entre reservas		–	–	–	5.155	–	5.155	–	(5.155)	–	–	–
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas		–	–	(10.349)	5.155	362	5.517	–	(7.235)	(12.067)	(499)	(12.566)
Saldo em 31 de dezembro de 2014		**489.973**	**2.052**	**(10.349)**	**104.859**	**41.442**	**146.301**	**14.560**	**–**	**642.537**	**1.624**	**644.161**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais

	Controladora 2014	Controladora 2013	Consolidado 2014	Consolidado 2013
Lucro líquido do exercício	7.235	1.365	7.670	1.842
Efeito de conversão de moeda estrangeira	(866)	11.665	(866)	11.665
Lucro abrangente do exercício	6.369	13.030	6.804	13.507
Atribuível à				
Participação dos acionistas da controladora			6.369	13.030
Participação dos acionistas não controladores			435	477
			6.804	13.507

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais

	Controladora 2014	Controladora 2013	Consolidado 2014	Consolidado 2013
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social das operações continuadas	**8.559**	**30.725**	**12.330**	**34.510**
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social das operações Descontinuadas	**–**	**(24.537)**	**–**	**(24.537)**
Ajustes de:				
(Receitas), despesas financeiras e variação cambial	828	(2.897)	4.137	3.266
Depreciação e amortização	28.689	30.281	35.212	36.453
Provisão para créditos de liquidação duvidosa de contas a receber, outros créditos e máquinas usadas	(1.433)	12.306	(1.433)	12.306
Provisão para realização dos estoques	1.690	5.738	1.159	2.219
Perda (ganho) na alienação de imobilizado	(1.592)	(207)	(3.429)	(207)
Resultado de participações societárias líquido de dividendos recebidos	(5.205)	16.266	–	–
Provisão para passivos eventuais	(929)	5.644	(4.995)	5.644
Variação nos ativos e passivos operacionais				
Duplicatas a receber	44.347	13.938	24.991	26.263
Partes relacionadas	(11.561)	(12.418)	(2)	(383)
Valores a receber - repasse FINAME fabricante	137.200	182.337	137.200	182.337
Estoques	13.325	22.183	14.894	47.264
Impostos e contribuições a recuperar	(2.049)	461	(6.361)	1.903
Depósitos judiciais	(6)	232	(6)	232
Outros créditos	2.540	(1.503)	3.143	5.127
Fornecedores	(25.795)	15.587	(11.974)	(149)
Salários e encargos sociais	(3.071)	(545)	(3.404)	(3.032)
Impostos e contribuições a recolher	(3.105)	(5.960)	(1.536)	(7.102)
Adiantamentos de clientes	(6.857)	7.431	(13.908)	12.998
Outras contas a pagar	1.525	(2.234)	7.275	(11.707)
Caixa gerado nas operações	177.100	292.828	193.295	323.405
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro pagos	(7.578)	(1.345)	(9.288)	(2.306)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	169.522	291.483	184.007	321.099
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de imobilizado	(24.891)	(22.663)	(36.056)	(28.057)
Aumento do intangível	(91)	–	(91)	–
Venda de imobilizado	2.858	1.232	7.207	2.394
Dividendos recebidos	6.690	6.651	–	–
Aumento de capital em controlada	–	(55)	–	–
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(15.434)	(14.835)	(28.940)	(25.663)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Juros sobre o capital próprio e dividendos pagos	(369)	–	(1.253)	(532)
Compra de ações de própria emissão	(10.349)	–	(10.349)	–
Novos empréstimos e financiamentos	97.122	40.635	100.484	37.403
Pagamentos de financiamentos	(54.173)	(63.975)	(57.228)	(63.510)
Juros pagos	(11.357)	(13.779)	(11.464)	(14.172)
Novos financiamentos - FINAME fabricante	102.087	93.241	102.087	93.241
Pagamento de financiamentos - FINAME fabricante	(219.669)	(287.632)	(219.669)	(287.632)
Juros pagos - Finame Fabricante	(15.044)	(26.092)	(15.044)	(26.092)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(111.752)	(257.602)	(112.436)	(261.294)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	42.336	19.046	42.631	34.142
Caixa e equivalentes de caixa - no início do período	63.834	45.110	107.232	84.232
Ganhos cambiais sobre o saldo de caixa das controladas no exterior	–	(322)	(4.283)	(11.142)
Caixa e equivalentes de caixa - no fim do período	106.170	63.834	145.580	107.232

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Valores expressos em milhares de reais - R$

	Nota explicativa	Controladora 2014	Controladora 2013	Consolidado 2014	Consolidado 2013
Receitas					
Vendas de mercadorias, produtos e serviços		596.236	655.321	756.133	792.319
Provisão para créditos de liquidação duvidosa de contas a receber e outros créditos		(768)	(8.643)	281	(8.554)
		595.468	646.678	756.414	783.765
Insumos adquiridos de terceiros					
Materiais consumidos		(277.663)	(298.056)	(371.724)	(365.443)
Outros custos de produtos e serviços prestados		(19.283)	(21.139)	(35.010)	(24.575)
Energia elétrica, serviços de terceiros e outras despesas		(36.994)	(40.525)	(45.591)	(62.211)
		(333.940)	(359.720)	(452.325)	(452.229)
Valor adicionado bruto		261.528	286.958	304.089	331.536
Depreciação e amortização	10-11	(28.689)	(30.281)	(35.213)	(36.453)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia		232.839	256.677	268.876	295.083
Valor adicionado recebido em transferência					
Resultado de participações societárias	7	5.205	(16.474)	–	–
Receitas financeiras e variação cambial líquida		16.454	21.565	18.657	25.858
Valor adicionado total a distribuir		254.498	261.768	287.533	320.941
Distribuição do valor adicionado					
Empregados					
Salários e encargos		130.813	132.184	161.694	185.264
Comissões sobre vendas		3.199	3.101	3.199	3.101
Participações e honorários da Administração		4.172	6.045	4.296	6.174
Participação nos resultados		1.195	–	1.195	–
Planos de previdência privada aberta complementar		2.313	2.004	2.313	2.004
Impostos, taxas e contribuições					
Federais		67.843	71.890	67.982	73.117
Estaduais		17.848	20.895	17.848	20.895
Municipais		1.068	1.025	1.068	1.025
Juros		14.453	17.897	15.909	21.625
Aluguéis		4.359	5.362	4.359	5.362
Dividendos e juros sobre o capital próprio distribuídos		1.718	–	2.216	532
Lucros retidos gerado no exercício		5.517	1.365	5.454	1.842
Valor adicionado distribuído		254.498	261.768	287.533	320.941

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Indústrias Romi S.A. ("Controladora") e suas controladas (conjuntamente "Companhia"), listada no Novo Mercado da BM&FBOVESPA desde 23 de março de 2007, com sede no município de Santa Barbara d'Oeste, Estado de São Paulo, tem por objeto a indústria e o comércio de bens de capital em geral, de máquinas-ferramenta, de máquinas para plásticos, de equipamentos e acessórios industriais, de ferramentas, partes e peças em geral; a análise de sistemas e a elaboração de programas para processamento de dados quando ligados à produção, comercialização e uso de máquinas-ferramenta e máquinas para plásticos; a indústria e o comércio de fundidos brutos e usinados; e a exportação e importação, representação por conta própria ou de terceiros e prestação de serviços relacionados com suas atividades, bem como a participação, como sócia, acionista ou cotista, em outras sociedades civis ou comerciais e em empreendimentos comerciais de qualquer natureza, no Brasil e no exterior, e a administração de bens próprios e de terceiros. O parque industrial da Companhia é formado por onze fábricas, em três estabelecimentos na cidade de Santa Bárbara d'Oeste, no Estado de São Paulo, e um na cidade de Reutlingen, na Alemanha, sendo essa unidade de produção de máquinas-ferramenta de alta precisão. A Companhia ainda participa em controladas no Brasil e no exterior. Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia e autorizadas para divulgação em 10 de fevereiro de 2015.

2. BASE DE APRESENTAÇÃO E POLÍTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)). As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **2.1. Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação de suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 2.23. **(a) Demonstrações financeiras consolidadas:** As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)). A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis. **(b) Demonstrações financeiras individuais:** As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Pelo fato de que as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais, a partir de 2014, não diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, uma vez que ele passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas nas demonstrações separadas, elas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)). Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas. **(c) Mudanças nas políticas contábeis e divulgações: Alterações e interpretações adotadas pela Companhia:** (i) OCPC 07 - "Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-financeiros de Propósito Geral", trata dos aspectos quantitativos e qualitativos das divulgações em notas explicativas, reforçando as exigências já existentes nas normas contábeis e ressaltando que somente as informações relevantes para os usuários das demonstrações financeiras devem ser divulgadas. (ii) Revisão CPC 07 - "Método de Equivalência Patrimonial em Demonstrações Separadas", altera a redação do CPC 35 - "Demonstrações Separadas" para incorporar as modificações efetuadas pelo IASB no IAS 27 - Separate Financial Statements, que passa a permitir a adoção do método de equivalência patrimonial em controladas nas demonstrações separadas, alinhando, dessa forma, as práticas contábeis brasileiras às normas internacionais de contabilidade. Especialmente para fins de IFRS, as modificações do IAS 27 foram adotadas antecipadamente. Outras alterações e interpretações em vigor para o exercício financeiro iniciado em 1º de janeiro de 2014 não são relevantes para a Companhia. **2.2. Investimentos em empresas controladas - Consolidação: (a) Controladora:** Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais a Companhia detém o controle. A Companhia controla uma entidade quando está exposta ou tem direito a retorno variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle. Os investimentos em empresas controladas são reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial desde a data que o controle é adquirido. De acordo com este método, as participações financeiras nas controladas são reconhecidas nas demonstrações financeiras ao custo de aquisição, e são ajustadas periodicamente pelo valor correspondente à participação da Companhia nos resultados líquidos tendo como contrapartida uma conta de resultado operacional, com exceção das variações cambiais destas empresas, as quais são registradas em conta específica do patrimônio líquido, denominada "Ajustes de Avaliação Patrimonial". Estes efeitos serão reconhecidos em receitas e despesas quando da venda ou baixa do investimento. Após reduzir a zero o saldo contábil da participação do investidor, perdas adicionais são consideradas, e um passivo (provisão para passivo a descoberto) é reconhecido somente na extensão em que o investidor tenha incorrido em obrigações legais ou construtivas (não formalizadas) de fazer pagamentos por conta da controlada. Do valor pago na aquisição, o montante que excede o valor justo do patrimônio líquido da adquirida na data da transação é tratado contabilmente como ágio por rentabilidade futura. Adicionalmente, os saldos dos investimentos poderão ser reduzidos pelo reconhecimento de perdas por recuperação do investimento (Nota 2.11). Os dividendos recebidos de controladas são registrados como uma redução do valor dos investimentos. **(b) Coligadas:** Coligadas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa, mas não o controle, geralmente

continua →

ROMI® | TRADIÇÃO EM INOVAR

INDÚSTRIAS ROMI S.A.
Companhia Aberta - CNPJ nº 56.720.428/0001-63

www.romi.com.br

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto. Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. **(c) Consolidado:** A Companhia consolidou integralmente as demonstrações financeiras da Companhia e de todas as empresas controladas. Considera-se existir controle quando a Companhia detém, direta ou indiretamente, a maioria dos direitos de voto em Assembleia Geral ou tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, a fim de obter benefícios de suas atividades. A participação de terceiros no patrimônio líquido e no lucro líquido das controladas é apresentada separadamente no balanço patrimonial consolidado e na demonstração consolidada do resultado, respectivamente, na conta de "Participação dos acionistas não-controladores". As transações e saldos entre a Companhia e suas controladas são eliminados no processo de consolidação e eventuais ganhos e perdas decorrentes destas transações são igualmente eliminadas. As políticas contábeis das controladas e coligadas são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela Companhia. **2.2.1. Apresentação de informações por segmentos:** As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é o Conselho de Administração, também responsável pela tomada das decisões estratégicas da Companhia. **2.3. Conversão de moeda estrangeira:** O critério para conversão dos saldos ativos e passivos das operações em moeda estrangeira, exceto investimentos, consiste na conversão para moeda nacional (R$) à taxa de câmbio vigente na data de encerramento das demonstrações financeiras. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado. **(a) Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da controladora e de suas controladas localizadas no Brasil. A moeda funcional das controladas no exterior é determinada com base no ambiente econômico principal em que elas operam, sendo que quando a moeda for diferente da moeda funcional de apresentação das demonstrações financeiras, essas são convertidas para o Real (R$) na data do fechamento. **Transações e saldos:** As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor nas datas dos balanços. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado. Itens não monetários mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos utilizando a taxa de câmbio em vigor nas datas das transações iniciais. Itens não monetários mensurados ao valor justo em moeda estrangeira são convertidos utilizando as taxas de câmbio em vigor na data em que o valor justo foi determinado. **Conversão das demonstrações financeiras das controladas no exterior:** Os ativos e passivos das controladas no exterior (nenhuma das quais tem moeda de economia hiperinflacionária) são convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data do balanço, e as correspondentes demonstrações do resultado (receitas e despesas) são convertidas pelas taxas de câmbio médias (a menos que essa média não seja uma aproximação razoável do efeito cumulativo das taxas vigentes nas datas das operações, e, nesse caso, as receitas e despesas são convertidas pela taxa das datas das operações). As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente no patrimônio líquido na rubrica de "Ajustes de avaliação patrimonial". Ajustes de valor justo, decorrentes da aquisição de uma entidade no exterior são tratados como ativos e passivos da entidade no exterior e convertidos pela taxa de fechamento. **2.4. Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem o caixa, os depósitos bancários e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e vencimento original de até 90 dias ou menos e com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos até a data-base do balanço, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "Financiamentos", no passivo circulante, se aplicável. **2.5. Ativos financeiros: (a) Classificação:** A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, como empréstimos e recebíveis. São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante. No caso da Companhia, compreendem caixa e equivalentes de caixa (Nota 4), duplicatas a receber (Nota 5), valores a receber - repasse Finame Fabricante (Nota 6) e outros créditos. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. **(b) Avaliação da recuperabilidade de ativos financeiros:** Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação da recuperabilidade de ativos (*impairment*). Estes ativos financeiros são considerados ativos não recuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado negativamente o fluxo estimado de caixa futuro do investimento. Tais evidências contemplam o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e a avaliação dos consultores jurídicos, e é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber. O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado. **2.6. Duplicatas a receber:** As duplicatas a receber de clientes correspondem, substancialmente, aos valores a receber pela venda de mercadorias no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as duplicatas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As duplicatas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PDD" ou *impairment*). **2.7. Estoques:** Os estoques estão demonstrados pelo menor valor entre o valor líquido de realização (valor estimado de venda no curso normal dos negócios, menos as despesas estimadas para realizar a venda) e o custo médio de produção ou preço médio de aquisição. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. A Companhia custeia seus estoques por absorção, utilizando a média móvel ponderada. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de projeto, matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos. **2.8. Imobilizado:** O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico deduzido da respectiva depreciação, acrescido, quando aplicável, de juros capitalizados incorridos durante a fase de construção das novas unidades. A depreciação é calculada pelo método linear, que leva em consideração a vida útil-econômica estimada dos bens. Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos futuros associados a esses itens forem prováveis e os valores puderem ser mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado do exercício quando incorridos. O valor residual e a vida útil-econômica estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento de cada exercício. As vidas úteis do ativo imobilizado por categoria estão descritas na Nota 11. O valor residual dos itens do imobilizado são baixados imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o respectivo valor recuperável. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais , líquidas" na demonstração do resultado. **2.9. Propriedades para investimento:** As propriedades para investimento são representadas por terrenos e edifícios para locação mantidos para auferir rendimento de aluguel e/ou valorização do capital, conforme divulgado na Nota 10. As propriedades para investimento são registradas pelo custo de aquisição ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens. **2.10. Intangível:** É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou um método que reflita o benefício econômico do ativo intangível. O valor residual dos itens do intangível é baixado imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável (Nota 2.11). Os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios (tecnologia, relacionamento de clientes, carteira de clientes) são registrados pelo valor justo, deduzido da amortização acumulada e de perdas pela não recuperabilidade, quando aplicável. Os ativos intangíveis que têm vida útil definida são amortizados ao longo de suas vidas úteis usando um método de amortização que reflete o benefício econômico do ativo intangível. Os ativos intangíveis são revisados anualmente para efeitos de avaliação por perdas pela não recuperabilidade, ou se os acontecimentos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. A Companhia revisa o período de amortização e o método de amortização para seus ativos intangíveis com vida útil definida ao final de cada exercício. Os gastos com pesquisa e desenvolvimento são registrados ao resultado do exercício quando incorridos como "Pesquisa e desenvolvimento". **2.11. Provisão para redução ao valor recuperável dos ativos e reversão de eventual provisão constituída - ativos não financeiros:** Na data de cada demonstração financeira, a Companhia analisa se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. Caso se identifique tais evidências, a Companhia estima o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (a) seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo, e (b) seu valor em uso. O valor em uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo até o final da sua vida útil. Independentemente da existência de indicação de não recuperação de seu valor contábil, os ativos intangíveis com vida útil indefinida têm sua recuperação testada pelo menos uma vez por ano em dezembro. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil deste ativo (*impairment*) e a eventual redução no valor recuperável dos ativos é registrada no resultado do exercício. Exceto com relação à redução no valor do ágio, a reversão de perdas reconhecidas anteriormente é permitida. A reversão nestas circunstâncias está limitada ao saldo depreciado que o ativo apresentaria na data da reversão, supondo-se que a reversão não tenha sido registrada. **2.12. Contas a pagar aos fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. **2.13. Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. **2.14. Ajuste a valor presente:** Os ativos e passivos decorrentes de operações de curto prazo, quando relevante, são ajustados a valor presente com base em taxas de desconto que reflitam as melhores avaliações do mercado. A taxa de desconto utilizada reflete as condições de mercado. A mensuração do ajuste a valor presente é realizada em base exponencial "pro rata die", a partir da origem de cada transação. As reversões dos ajustes dos ativos e passivos monetários são contabilizadas como receitas ou despesas financeiras. **2.15. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada de acordo com as bases legais tributárias vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras nos países onde a Controladora e suas subsidiárias operam e geram resultado tributável. Periodicamente a Administração avalia posições tomadas com relação a questões tributárias que estão sujeitas à interpretação e reconhece provisão quando há expectativa de pagamento de imposto de renda e contribuição social conforme as bases tributárias. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, as taxas de impostos com vigência na data-base das demonstrações financeiras. Imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos, em sua totalidade, sobre as diferenças geradas entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e correspondentes valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são reconhecidos se forem gerados no registro inicial de ativos e passivos em operações que não afetam as bases tributárias, exceto em operações de combinação de negócios. Imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados considerando as taxas (e leis) vigentes na data de preparação das demonstrações financeiras e aplicáveis quando o respectivo imposto de renda e contribuição social forem realizados, bem como são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e prejuízos fiscais possam ser compensados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de encerramento de exercício e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. A despesa ou receita com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido. **2.16. Benefícios a empregados:** A Companhia possui diversos planos de benefícios a empregados incluindo planos de pensão e de aposentadoria (contribuição definida), assistência médica, odontológica e participação nos lucros. O plano de aposentadoria pós-emprego caracteriza-se na modalidade de plano de contribuição definida, sobre o qual a Companhia não tem nenhuma obrigação legal caso o plano não possua ativos suficientes para o pagamento dos benefícios obtidos pelos funcionários como resultado de serviços passados prestados. As contribuições ao plano de aposentadoria de contribuição definida são reconhecidas como despesa quando efetivamente incorridas, ou seja, no momento da prestação de serviços dos empregados à Companhia (Nota 17). **2.17. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos (passivos). **2.18. Capital social:** As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos. Quando a Companhia compra suas próprias ações (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do imposto de renda), é deduzido do patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando essas ações são subsequentemente reemitidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação diretamente atribuíveis e dos respectivos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, é incluído no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia. **2.19. Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio:** A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelo Conselho de Administração. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado. **2.20. Reconhecimento de receita de vendas de produtos:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia. A receita de vendas é apresentada líquida dos impostos e dos descontos incidentes sobre esta. Os impostos sobre vendas são reconhecidos quando as vendas são faturadas, e os descontos sobre vendas quando conhecidos. **(a) Venda de produtos:** As receitas de vendas de produtos são reconhecidas quando o valor das vendas é mensurável de forma confiável, a Companhia não detém mais controle sobre a mercadoria vendida ou qualquer outra responsabilidade relacionada à propriedade desta, os custos incorridos ou que serão incorridos em respeito à transação podem ser mensurados de maneira confiável, é provável que os benefícios econômicos serão recebidos pela Companhia e os riscos e os benefícios dos produtos foram integralmente transferidos ao comprador. Os fretes sobre vendas são registrados como despesas de venda. A provisão para custos com garantia é reconhecida na data da venda dos produtos, com base na melhor estimativa da Administração sobre os custos a serem incorridos para a prestação dos serviços de garantia dos produtos. **(b) Receita financeira:** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. **2.21. Provisões:** As provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis são reconhecidas quando um evento passado gerou uma obrigação presente (legal ou não formalizada), existe a probabilidade provável de uma saída de recursos e o valor da obrigação pode ser estimado com segurança. O valor constituído como provisão é a melhor estimativa do valor de liquidação na data de encerramento das demonstrações financeiras, levando em consideração os riscos e incertezas relacionados à obrigação. Quando a provisão é mensurada usando o fluxo de caixa estimado para liquidar a obrigação presente, o seu valor é determinado através do valor presente desses fluxos de caixa. Quando o benefício econômico requerido para liquidar uma provisão é esperado ser recebido de terceiros, esse valor a receber é registrado como um ativo quando o reembolso é virtualmente certo e o montante possa ser estimado com segurança. **2.22. Arrendamentos:** Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento. **2.23. Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas na elaboração das demonstrações financeiras:** O processo de elaboração das demonstrações financeiras envolve a utilização de estimativas. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros, e outros fatores objetivos e subjetivos. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: (a) Vida útil de ativos de longa duração. (b) Teste de redução do valor recuperável de ativos de vida longa. (c) Realização e obsolescência dos estoques. (d) Análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa. (e) Mensuração do valor justo de instrumentos financeiros. (f) Imposto de renda diferido ativo sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências advindas de processos administrativos e judiciais e demais ativos e passivos na data do balanço. (g) Valorização de ativos adquiridos e passivos assumidos em combinações de negócios. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de estimativa. Essas estimativas e premissas são revisadas periodicamente. **2.24 Normas, interpretações e alterações de normas contábeis. (a) Normas, interpretações e alterações de normas existentes em vigor em 31 de dezembro de 2014 e que não tiveram impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras da Companhia.** (i) CPC 01/IAS 36 - "Redução no Valor Recuperável de Ativos"; (ii) CPC 38/IAS 39 - "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e mensuração"; (iii) CPC 39/IAS 32 - "Instrumentos Financeiros: Apresentação"; (iv) ICPC 19/IFRIC 21 - "Tributos"; (v) OCPC 08 - "Reconhecimento de Determinados Ativos e Passivos nos Relatórios Contábil-financeiros de Propósito Geral das Distribuidoras de Energia Elétrica". **(b) Normas novas e interpretações de normas que ainda não estão em vigor:** As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2014. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC): (i) IFRS 15 - "Receita de Contratos com Clientes"; (ii) IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros". Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia. **(c) Premissas contábeis significativas - operações descontinuadas:** Em 23 de abril de 2013, a Administração da Companhia aprovou a descontinuidade das atividades da subsidiária sediada na Itália, Romi Italia S.r.l. ("Romi Itália"), sendo da mesma forma aprovado pelos órgãos de governança da Romi Itália. Assim, os ativos da Romi Itália foram classificados como ativos de operações descontinuadas no ativo não circulante, no período entre 23 de abril de 2013 e 18 de setembro de 2013, data em que foi realizada a alienação dos ativos e passivos descontinuados. Para fins de demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, os ativos e passivos remanescentes foram apresentados em suas respectivas rubricas no balanço patrimonial e o resultado da operação descontinuada, do período acima, foi apresentado em rubrica específica na demonstração do resultado do exercício de 2013.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Caixa e depósitos em conta corrente	1.538	2.633	23.011	27.375
Certificado de depósio bancário "CDB" (a)	54.391	50.038	72.103	68.694
Aplicações financeiras lastreadas por debêntures (a)	49.218	7.948	49.218	7.948
Aplicações financeiras em moeda estrangeira - US$ (*Timedeposit*)	–	2.810	–	2.810
Outros	1.023	405	1.248	405
Total	106.170	63.834	145.580	107.232

(a) Essas aplicações financeiras possuem rentabilidade substancialmente atrelada ao Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

4. DUPLICATAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Circulante				
Clientes no país	59.549	90.914	59.549	91.334
Clientes no exterior	5.945	7.329	54.073	37.411
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.763)	(1.708)	(7.699)	(8.374)
	62.731	96.535	105.923	120.371
Não circulante				
Clientes no país	8.241	10.334	8.241	10.334
Clientes no exterior	827	967	827	967
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(368)	(487)	(368)	(487)
	8.700	10.814	8.700	10.814

As duplicatas a receber de clientes estão registradas pelos seus custos amortizados, os quais se aproximam de seus valores justos. O saldo de duplicatas a receber de clientes no ativo circulante em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, controladora e consolidado, estão distribuído conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Valores a vencer	47.933	80.460	85.671	100.134
Vencidos:				
De 1 a 30 dias	9.733	13.656	12.706	15.319
De 31 a 60 dias	1.788	424	3.771	2.525
De 61 a 90 dias	471	133	574	1.045
De 91 a 180 dias	700	966	1.095	1.206
De 181 a 360 dias	1.637	494	1.897	887
Mais de 360 dias	3.232	2.110	7.908	7.629
	17.561	17.783	27.951	28.611
Total	65.494	98.243	113.622	128.745
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.763)	(1.708)	(7.699)	(8.374)
Total circulante	62.731	96.535	105.923	120.371

O saldo de duplicatas a receber de clientes no ativo não circulante em 31 de dezembro de 2014, controladora e consolidado, estão distribuído conforme segue:

	Controladora e Consolidado
Valores a vencer:	
2016	6.950
2017	1.370
2018	380
Total - não circulante	8.700

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, controladora e consolidado, está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Saldo em 1º de janeiro	2.195	2.872	8.861	7.258
Créditos provisionados no período	1.429	487	1.586	2.816
Créditos baixados definitivamente da posição	(493)	(1.164)	(2.384)	(2.330)
Variação cambial	–	–	4	1.117
Saldo em 31 de dezembro	3.131	2.195	8.067	8.861

A constituição e a baixa da provisão para contas a receber *impaired* foram registradas no resultado do exercício como "Despesas gerais e administrativas". A exposição máxima ao risco de crédito na data do balanço é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima. As demais contas a receber do balanço não contêm ativos *impaired*.

5. VALORES A RECEBER - REPASSE FINAME FABRICANTE

	Controladora/Consolidado	
	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Circulante		
FINAME a vencer	148.137	221.585
FINAME aguardando liberação (a)	1.347	2.285
FINAME em atraso (b)	37.308	32.297
	186.792	256.167
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(13.217)	(12.733)
	173.575	243.434
Não circulante		
FINAME a vencer	128.614	185.188
FINAME aguardando liberação (a)	5.387	9.140
	134.001	194.328
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.762)	(3.616)
	132.239	190.712
Total	305.814	434.146

Os valores a receber - repasse FINAME Fabricante - são provenientes das vendas financiadas com recursos obtidos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (Nota 13). Os valores a receber - repasse FINAME Fabricante, estão registrados pelos seus custos amortizados, os quais se aproximam de seus valores justos. FINAME fabricante refere-se a recursos especificamente vinculados a operações de venda, com prazos de até 48 meses, com opção de até 6 meses de carência e juros entre 2,5% e 6,5% ao ano, de acordo com as condições estabelecidas pelo BNDES à época do financiamento, pré-fixados ou acrescidos da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP. Como parte das medidas adotadas pelo governo federal para fomentar o investimento e consumo, o Programa de Sustentabilidade de Investimento (PSI), linha do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) que financia bens de capital, investimentos e tecnologia, que até 31 de dezembro estava vigente com taxa de juros de 4,5% a 6% ao ano, foi prorrogado até 31 de dezembro de 2015, porém com taxa de juros de 7,5% a 9% ao ano, dependendo do volume de faturamento da Companhia. Adicionalmente, considera-se para definição das condições de financiamento, as características do cliente. Os recursos são liberados pelo BNDES mediante a identificação do cliente e da venda e o enquadramento do cliente às condições da Circular nº 195, de 28 de julho de 2006, emitida pelo BNDES, através de agente financeiro, com a formalização de um contrato de financiamento em nome da Companhia e anuência do cliente a ser financiado. As condições de valores, prazos e encargos da operação são integralmente refletidas nos valores a receber pela Companhia a serem repassados ao banco interveniente do contrato do qual a Companhia é a devedora. A Companhia possui reserva de domínio do equipamento objeto da venda até a liquidação final da obrigação pelo cliente. A diferença entre os valores a receber - repasse FINAME Fabricante e a pagar, são representados por: (a) FINAME aguardando liberação: refere-se a operações que já foram caracterizadas e aprovadas pelas partes envolvidas, incluindo a preparação da documentação, a emissão da nota fiscal de venda e a entrega da mercadoria ao cliente. O crédito dos respectivos recursos em conta corrente da Companhia pelo banco agente estava pendente nas datas de encerramento das demonstrações financeiras, em virtude dos prazos normais operacionais do banco agente. (b) FINAME em atraso: refere-se a valores a receber não quitados pelos clientes na data de vencimento. A Companhia registra provisão para eventual perda na realização desse saldo, no montante correspondente à diferença entre o valor esperado de alienação da máquina recuperada, como resultado da execução da cláusula de reserva de domínio das máquinas vendidas (garantia real), e o valor do contas a receber do cliente inadimplente. Para os casos onde a garantia real não é localizada, é constituída provisão integral para perda sobre o saldo das contas a receber. As máquinas apreendidas como parte do processo de execução, são registradas ao valor contábil, o qual não supera o seu valor de mercado, na rubrica de "Outros créditos", aguardando a decisão final da justiça, quando então, são reintegradas e transferidas para o grupo de estoques. Em 31 de dezembro de 2014, o saldo de máquinas apreendidas, incluído na rubrica de outros créditos, apresentava, na controladora e no consolidado, o montante de R$ 11.919 (R$ 15.105 em 31 de dezembro de 2013) no ativo circulante, e R$ 27.251 (R$ 35.311 em 31 de dezembro de 2013) no ativo não circulante. Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, os valores a receber - repasse FINAME Fabricante, controladora e consolidado, estavam distribuídos como seguem:

	Controladora/Consolidado	
	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Valores a vencer	149.484	223.870
Vencidos:		
De 1 a 30 dias	4.216	5.469
De 31 a 60 dias	1.990	2.419
De 61 a 90 dias	1.883	2.247
De 91 a 180 dias	4.944	4.354
De 181 a 360 dias	7.940	5.368
Mais de 360 dias	16.335	12.440
	37.308	32.297
Total - Circulante	186.792	256.167

A expectativa de realização dos valores a receber - repasse FINAME Fabricante, controladora e consolidado, classificados no ativo não circulante, é como segue:

Valores a vencer:	
2016	78.609
2017	42.814
2018	12.510
2019 e após	68
Total - não circulante	134.001

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, controladora e consolidado, está demonstrada a seguir:

	2014	2013
Saldo inicial	16.349	16.118
Créditos provisionados (ou baixados) no exercício	(1.370)	231
Saldo final	14.979	16.349

A constituição e a baixa da provisão para contas a receber *impaired* foram registradas no resultado do exercício como "Despesas gerais e administrativas". A exposição máxima ao risco de crédito na data do balanço é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima.

6. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Produtos acabados	38.349	40.916	65.832	62.163
Máquinas usadas	24.859	24.581	24.860	24.581
Produtos em elaboração	64.350	75.755	78.229	98.183
Matéria-prima e componentes	77.428	76.346	88.268	85.282
Importações em andamento	825	3.228	825	3.857
Total	205.811	220.826	258.014	274.066

Os saldos de estoques, controladora e consolidado, em 31 de dezembro de 2014, estão líquidos dos montantes de R$ 55.466 e R$ 55.689, respectivamente (R$ 55.540 controladora e R$ 55.729 consolidado em 31 de dezembro de 2013, respectivamente) referente à provisão para realização dos estoques de baixa movimentação e com perspectivas remotas de realização por venda ou utilização. A movimentação da provisão para realização dos estoques ao valor realizável líquido, está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Saldo em 1º de janeiro	55.540	46.282	55.729	46.400
Estoques vendidos ou baixados	(40.757)	(35.468)	(41.129)	(40.757)
Constituição da provisão ou transferência de provisão advinda de máquinas apreendidas	40.683	44.726	41.089	44.726
Saldo em 31 de dezembro	55.466	55.540	55.689	55.729

A composição da provisão para realização dos estoques por classe de estoque está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Produtos acabados	3.885	3.316	4.108	3.505
Máquinas usadas	24.002	25.201	24.002	25.201
Produtos em elaboração	9.285	10.545	9.285	10.545
Matéria-prima e componentes	18.293	16.478	18.293	16.478
Total	55.466	55.540	55.689	55.729

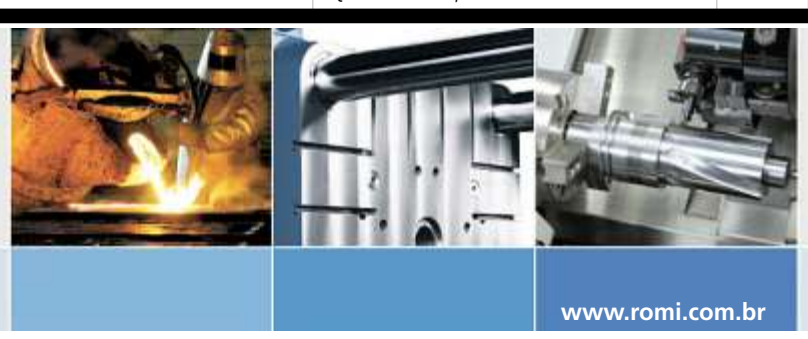
O custo dos estoques reconhecido no resultado e incluído em "Custo dos produtos e serviços vendidos" totalizou R$ 278.031 (2013 - R$ 273.137) na Controladora e R$ 379.216 (2013 - R$ 391.933) no Consolidado.

7. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS E COLIGADAS

A lista a seguir apresenta as participações societárias que a Companhia possui em suas subsidiárias:

| Controlada | País | Objet

ROMI® | TRADIÇÃO EM INOVAR



INDÚSTRIAS ROMI S.A.
Companhia Aberta - CNPJ nº 56.720.428/0001-63

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

								31 de dezembro de 2013
	Romi Itália e Controladas	Romi Europa Controladas	Rominor	Romi Machine Tools	Interocean	Romi A.L.	Sandretto México	Total
Investimentos:								
Número de ações/cotas representativas do capital social	(a)	(a)	6.191.156	3.000	78	13.028	1.188.000	–
Participação do capital social	100,00%	100,00%	93,07%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	–
Ativo circulante	35.240	71.827	19.019	7.189	15	3.230	188	–
Ativo não circulante	10.981	94.589	5.739	263	–	–	2	–
Passivo circulante	13.122	52.728	401	7.595	10	1	122	–
Passivo não circulante	45.628	31.539	–	7.304	–	–	–	–
Patrimônio líquido (passivo a descoberto) da controlada	(12.083)	82.363	24.357	(7.447)	5	3.229	68	–
Movimentação do investimento:								
Saldo inicial do investimento em 31 de dezembro de 2013	12.891	66.718	23.412	(4.890)	8	2.546	26	100.711
Variação cambial sobre investimentos no exterior	(161)	12.400	–	(872)	–	281	17	11.665
Aumento de capital	–	–	–	–	–	–	48	48
Dividendos declarados e distribuídos (b)	–	–	(7.146)	–	–	–	–	(7.146)
Resultado de participações societárias	(276)	3.245	6.403	(1.685)	(3)	402	(23)	8.063
Resultado de participação societária em operação descontinuada	(24.537)	–	–	–	–	–	–	(24.537)
Valor patrimonial equivalente - saldo final	(12.083)	82.363	22.669	(7.447)	5	3.229	68	88.804
Investimento em controladas	–	82.363	22.669	–	5	3.229	68	108.334
Provisão para passivo a descoberto - controlada	(12.083)	–	–	(7.447)	–	–	–	(19.530)
Investimentos em coligadas								
Participação de 30% na Riello Sistemi (Shangai) Trade Co., Ltd. adquirido através da combinação de negócios								2.327
Total dos investimentos em coligadas - consolidado								2.327

(a) Os atos societários das controladas não possuem o capital dividido em cotas ou ações. (b) Em Assembleia Geral Ordinária (AGO) da controlada Rominor, realizada em 12 de março de 2013, foi aprovada a distribuição de dividendos no valor de R$ 4.134, originados da conta de Reservas de lucros do exercício de 2012, sendo R$ 3.848 vinculados à participação da Companhia. Em 23 de julho de 2013 na reunião do Conselho de Administração da controlada Rominor foi deliberado a antecipação de pagamento de dividendos oriundos de lucros apurados no primeiro semestre de 2013 o montante de R$ 3.544, sendo R$ 3.298 vinculados à participação da Companhia, totalizando R$ 7.146 no exercício.

							31 de dezembro de 2014
Investimentos:	Romi Itália e Controladas	Romi Europa Controladas	Rominor	Romi Machine Tools	Interocean	Romi A.L.	Sandretto México
Participação do capital social	100,00%	100,00%	93,07%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Lucro antes do IR/CSLL	(1.545)	5.712	6.125	(2.977)	(4)	313	247
Despesa de IR/CSLL	–	(2.350)	(279)	–	–	–	(37)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(1.545)	3.362	5.846	(2.977)	(4)	313	210
Total do resultado abrangente							
Outros resultados abrangentes	99	–	–	–	–	–	–
Total do resultado abrangente	(1.446)	3.362	5.846	(2.977)	(4)	313	210
Dividendos pagos à participação de não controladores	–	–	499	–	–	–	–
Dividendos recebidos de controlada	–	–	6.690	–	–	–	–

							31 de dezembro de 2013
Investimentos:	Romi Itália e Controladas	Romi Europa Controladas	Rominor	Romi Machine Tools	Interocean	Romi A.L.	Sandretto México
Participação do capital social	100,00%	100,00%	93,07%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Lucro antes do IR/CSLL	(24.813)	5.254	8.179	(1.685)	(3)	402	(23)
Despesa de IR/CSLL	–	(2.009)	(1.299)	–	–	–	–
Lucro líquido (prejuízo) do exercício das Operações Continuadas	(276)	3.245	6.880	(1.685)	(3)	402	(23)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício das Operações Descontinuadas	(24.537)	–	–	–	–	–	–
Total do resultado abrangente							
Outros resultados abrangentes	(788)	–	–	–	–	–	–
Total do resultado abrangente	(25.601)	3.245	6.880	(1.685)	(3)	402	(23)
Dividendos pagos à participação de não controladores	–	–	532	–	–	–	–
Dividendos recebidos de controlada	–	–	7.146	–	–	–	–

8. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, os saldos e as transações com partes relacionadas são os seguintes.

(i) Saldos Patrimoniais:	Contas a receber (circulante)		Mútuo a receber (não circulante)		Total a receber		Contas a pagar (circulante)	
	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Controladas diretas								
Romi Europa	2.994	1.385	1.350	1.350	4.344	2.735	–	55
Romi Itália	–	1.304	34.801	36.952	34.801	38.256	–	–
Romi Machine Tools	12.121	7.431	8.281	7.305	20.402	14.736	–	71
Interocean	–	–	10	10	10	10	–	–
Romi A.L.	–	108	–	–	–	108	410	353
Irsa Máquinas México	1.189	–	–	–	1.189	–	–	–
Rominor	3	3	–	–	3	3	122	122
Controladas indiretas								
B+W - Burkhardt+Weber	–	–	–	–	–	–	63	
Sandretto Industries S.A.S.	276	1.065	–	–	276	1.065	–	464
Romi Máquinas Espanã S.A.	173	–	–	–	173	–	–	–
Sandretto UK Ltd.	10.644	4.011	–	–	10.644	4.011	–	–
Total	27.400	15.307	44.442	45.617	71.842	60.924	595	1.065

(ii) Transações:

	Receita de venda de produtos		Despesas Operacionais		Receitas Financeiras	
	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Controladas diretas						
Romi Europa	2.005	976	191	373	60	11
Rominor	5	3	333	1.000	–	–
Romi Itália	–	4.538	–	–	1.549	215
Romi Machine Tools	1.583	4.781	–	–	662	85
Romi A.L.	–	–	115	172	–	–
Romi Machine UK	2.090	–	–	–	–	–
Romi Máqs Espãna	168	–	–	–	–	–
IRSA Máquinas México	–	–	–	–	8	–
Total	5.851	10.298	639	1.545	2.271	311

Os principais saldos patrimoniais e transações com partes relacionadas supramencionadas são relativos a transações entre a Companhia e suas controladas. No Consolidado, os valores a receber e a pagar decorrem de transações mercantis com entre a B+W e sua coligada Riello Shangai. Os contratos de mútuo possuem prazos de vencimento predeterminados, são vencíveis no curto e longo prazos e são remunerados pela taxa LIBOR semestral mais juros de 1% ao ano e variação cambial. Os contratos de mútuo celebrados entre a Companhia e suas controladas destinam-se, basicamente, a aumento de capital de giro para apoio financeiro a essas controladas. A controlada Rominor é garantidora de parte das operações de FINAME Fabricante, efetuadas pela controladora através da emissão de notas promissórias e avais (Nota 13). A Companhia possui contratos de aluguel de imóveis com a sua controlada Rominor, sendo que sete imóveis fazem parte desses contratos, os quais são utilizados para sediar as operações das filiais de vendas distribuídas pelo território brasileiro. Tais aluguéis foram precificados conforme as práticas de mercado. A Companhia realiza transações mercantis de fornecimento e compra de equipamentos, partes e peças com determinadas controladas, não possuindo transações relevantes com partes relacionadas de natureza distinta das operações descritas anteriormente. As decisões referentes a transações entre a Companhia e as controladas são tomadas pela Administração. Os títulos são vencíveis a curto prazo. A Companhia presta serviços administrativos, principalmente contábeis e jurídicos, à controladora Fênix Empreendimentos S.A. A receita do exercício de 2014 foi de R$ 164 (2013 - R$ 155). A Companhia realiza doações à Fundação Romi em valores fixados pelo Convênio chancelado pela Promotoria de Justiça. As doações do exercício de 2014 totalizaram R$ 648 (2013 - R$ 646). Durante o exercício de 2014, a Companhia adotou Política para Transações com Partes Relacionadas (disponível em www.romi.com), cujo principal objetivo é instrumentalizar tais transações, assegurando transparência e o atendimento às práticas de mercado, no que se confere nas transações acima. As remunerações dos administradores nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 são como seguem:

	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Honorários e encargos	5.656	5.500
Participação nos resultados	268	51
Plano de previdência privada	283	402
Assistência médica	108	92
Controladora	6.315	6.045
Honorários e encargos das empresas controladas	127	129
Consolidado	6.442	6.174

Os valores demonstrados encontram-se em conformidade com os limites propostos pelo Conselho de Administração e aprovados na Assembleia Geral Ordinária realizada em 18 de março de 2014.

9. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Administração da Companhia decidiu com base na conclusão dos trabalhos de revisão e adequação da averbação das matrículas das suas propriedades, assim como nas perspectivas de expansão das suas atividades no curto e médio prazos, classificar parte das propriedades na rubrica de "Propriedades para Investimento", mantendo-as com o objetivo de valorização de capital. Os montantes classificados em propriedades para investimentos são de R$ 14.211 (R$ 14.211 - em 31 de dezembro de 2013) na controladora e R$ 19.875 (R$ 19.989 - em 31 de dezembro de 2013) no consolidado.

As propriedades para investimento estão avaliadas ao custo histórico, e para fins de divulgação do seu valor justo, a Companhia contratou avaliador independente que através da aplicação de metodologia definida pelo Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia, a qual também utiliza evidências no mercado relacionadas a preços de transações efetuadas com propriedades similares, que avaliou essas propriedades ao valor justo, reduzido de eventuais custos de transação, no montante de R$ 117.681 na controladora e R$ 159.140 no consolidado.

10. IMOBILIZADO

A movimentação do imobilizado, controladora e consolidado, está apresentada a seguir:

									Controladora
Custo do imobilizado bruto	Terrenos (a)	Prédios e pátios	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Tecnologia da informação	Obras em andamento	Adiantamentos	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2013	5.246	170.855	219.561	8.542	2.599	24.726	2.499	334	434.362
Adições	–	299	4.661	62	–	322	7.509	9.810	22.663
Baixas	–	(245)	(361)	(144)	(1)	(281)	(200)	–	(1.232)
Transferências	–	796	9.886	(45)	–	816	(4.063)	(7.399)	(9)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	5.246	171.705	233.747	8.415	2.598	25.583	5.745	2.745	455.784
Adições	–	546	13.228	65	196	397	10.458	–	24.891
Baixas	(237)	–	(1.974)	(93)	(89)	(15)	–	–	(2.408)
Transferências (a)	–	2.761	7.397	–	–	–	(8.137)	(2.021)	–
Saldo em 31 de dezembro de 2014	5.009	175.012	252.399	8.387	2.705	25.966	8.066	724	478.267
Depreciação acumulada									
Saldo em 1º de janeiro de 2013	–	50.043	134.084	6.214	2.105	18.009	–	–	210.455
Depreciação	–	8.731	16.266	476	217	2.787	–	–	28.477
Baixas	–	(8)	(117)	(134)	(1)	(275)	–	–	(535)
Transferências	–	–	–	(29)	–	29	–	–	–
Saldo em 31 de dezembro de 2013	–	58.766	150.233	6.527	2.321	20.550	–	–	238.397
Depreciação	–	8.753	15.386	439	163	2.100	–	–	26.841
Baixas	–	–	(966)	(75)	(89)	(11)	–	–	(1.142)
Transferências	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Saldo em 31 de dezembro de 2014	–	67.519	164.652	6.891	2.395	22.639	–	–	264.096
Imobilizado líquido									
Saldo em 1º de janeiro de 2013	5.246	120.812	85.477	2.328	494	6.717	2.499	334	223.907
Saldo em 31 de dezembro de 2013	5.246	112.939	83.514	1.888	277	5.033	5.745	2.745	217.387
Saldo em 31 de dezembro de 2014	5.009	107.493	87.746	1.496	310	3.327	8.066	724	214.171

									Consolidado
Custo do imobilizado bruto	Terrenos (a)	Prédios e pátios	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Tecnologia da informação	Obras em andamento	Adiantamentos	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2013	19.921	189.014	227.896	11.458	3.083	26.167	6.740	332	484.611
Adições	–	11.817	9.249	346	75	507	3.015	3.048	28.057
Baixas	(305)	(972)	(391)	(149)	(82)	(295)	(200)	–	(2.394)
Transferências	2.040	796	3.124	(45)	–	816	(4.063)	(637)	2.031
Variação cambial	4.657	11.642	941	4.175	181	1.233	253	2	23.084
Saldo em 31 de dezembro de 2013	26.313	212.297	240.819	15.785	3.257	28.428	5.745	2.745	535.389
Adições	–	1.208	22.507	–	408	662	11.271	–	36.056
Baixas	(450)	(275)	(1.991)	–	(138)	(167)	(813)	–	(3.834)
Transferências (a)	–	2.761	7.556	(374)	–	–	(7.761)	(2.182)	–
Variação cambial	(2)	19	3.062	(13)	14	(1)	2.466	(1)	5.544
Saldo em 31 de dezembro de 2014	25.861	216.010	271.953	15.398	3.541	28.922	10.908	562	573.155
Depreciação acumulada									
Saldo em 1º de janeiro de 2013	–	54.122	136.612	6.901	2.495	18.973	–	–	219.103
Adições	–	9.100	18.590	1.030	298	3.417	–	–	32.435
Baixas	–	314	(339)	(786)	(122)	(693)	–	–	(1.626)
Transferências	–	(622)	–	–	–	–	–	–	(622)
Variação cambial	–	3.479	5.442	3.477	85	1.057	–	–	13.540
Saldo em 31 de dezembro de 2013	–	66.393	160.305	10.622	2.756	22.754	–	–	262.830
Adições	–	9.854	19.278	(137)	236	2.346	–	–	31.577
Baixas	–	(94)	(982)	(667)	(137)	(176)	–	–	(2.056)
Transferências	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Variação cambial	–	37	2.405	(36)	1	(3)	–	–	2.404
Saldo em 31 de dezembro de 2014	–	76.190	181.006	9.782	2.856	24.921	–	–	294.755
Imobilizado líquido									
Saldo em 1º de janeiro de 2013	19.921	134.892	91.284	4.557	588	7.194	6.740	332	265.508
Saldo em 31 de dezembro de 2013	26.313	145.904	80.514	5.163	501	5.674	5.745	2.745	272.559
Saldo em 31 de dezembro de 2014	25.861	139.820	90.947	5.616	685	4.001	10.908	562	278.400

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, o imobilizado transferido para o grupo de ativos e classificado como Propriedade de Investimento totalizou R$ 14.211 na controlada e R$ 19.989 no consolidado e refere-se a terrenos que passam a ter o objetivo de obter renda com aluguéis e a valorização de Capital (conforme Nota 09). Em virtude de contratos de financiamento com o BNDES para investimentos em imobilizado, o montante de R$ 39.947 em 31 de dezembro de 2014 (R$ 55.463 em 31 de dezembro de 2013) de bens do ativo imobilizado encontra-se gravado em garantia. Esses itens são representados, em sua totalidade, por terrenos, instalações, máquinas e equipamentos. A Companhia deprecia o ativo imobilizado pelo método linear, usando as seguintes vidas úteis: (i) prédios - 25 anos; (ii) máquinas e equipamentos - de 10 a 15 anos; (iii) móveis e utensílios - 10 anos; (iv) tecnologia da informação - 5 anos; (vii) veículos - 5 anos; (viii) pátios - 10 anos. Durante o exercício, a Companhia revisou o valor recuperável dos ativos de vida longa, e como resultado, nenhuma perda por redução ao valor recuperável foi identificada. O montante de R$ 26.841 (2013 - R$ 28.477) referente à despesa de depreciação, R$ 20.771 (2013 - R$ 21.945) foi reconhecido no resultado em "Custo dos produtos e serviços vendidos", R$ 1.356 (2013 - R$ 1.243) em "Despesas com vendas", R$ 4.583 (2013 - R$ 5.129) em "Despesas gerais e administrativas" e R$ 130 (2013 - R$ 160) em "Pesquisa e desenvolvimento" - Controladora. O montante de R$ 31.577 (2013 - R$ 32.435) referente à despesa de depreciação, R$ 25.507 (2013 - R$ 26.837) foi reconhecido no resultado em "Custo dos produtos e serviços vendidos", R$ 1.356 (2013 - R$ 1.243) em "Despesas com vendas", R$ 4.583 (2013 - R$ 4.195) em "Despesas gerais e administrativas" e R$ 131 (2013 - R$ 160) em "Pesquisa e desenvolvimento" - Consolidado.

11. INTANGÍVEL

A movimentação do intangível está apresentada a seguir:

									Controladora	Consolidado
Custo bruto	Cessão de direitos	Outros	Total	Cessão de direitos	Tecnologia	Relacionamento com o cliente	Carteira de clientes	Marca	Outros	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2013	6.407	4.312	10.719	6.407	13.001	13.172	2.343	13.982	4.692	53.597
Variação cambial	–	–	–	–	2.466	2.523	372	2.766	(380)	7.747
Saldo em 31 de dezembro de 2013	6.407	4.312	10.719	6.407	15.467	15.695	2.715	16.748	4.312	61.344
Adições	–	91	91	–	–	–	–	–	91	91
Variação cambial	–	–	–	–	102	103	–	215	–	420
Saldo em 31 de dezembro de 2014	6.407	4.403	10.810	6.407	15.569	15.798	2.715	16.963	4.403	61.854
Amortização acumulada										
Saldo em 1º de janeiro de 2013	3.054	1.496	4.550	3.134	794	616	1.655	–	1.905	8.104
Amortização	942	862	1.804	942	945	697	572	–	862	4.018
Variação cambial	–	–	–	–	119	88	72	–	–	279
Saldo em 31 de dezembro de 2013	3.996	2.358	6.354	4.076	1.858	1.401	2.299	–	2.767	12.401
Amortização	25	1.823	1.848	25	1.030	758	–	–	1.823	3.636
Variação cambial	–	–	–	–	35	26	–	–	(409)	(348)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	4.021	4.181	8.202	4.101	2.923	2.185	2.299	–	4.181	15.689
Intangível líquido										
Saldo em 1º de janeiro de 2013	3.353	2.816	6.169	3.273	12.207	12.556	688	13.982	2.787	45.493
Saldo em 31 de dezembro de 2013	2.411	1.954	4.365	2.331	13.609	14.294	416	16.748	1.545	48.943
Saldo em 31 de dezembro de 2014	2.386	222	2.608	2.306	12.646	13.613	416	16.963	222	46.166

A Companhia amortiza o ativo intangível pelo método linear, usando as seguintes vidas úteis: (i) cessão de direitos - 5 anos; (ii) tecnologia - 5 anos; (iii) relacionamento com o cliente - 5 anos; (iv) carteira de clientes - 1 ano. **(a) tecnologia:** refere-se ao "know-how" dos produtos e processos que são tecnologicamente viáveis, os quais garantem vantagens competitivas em relação a qualidade e eficiência do produto; **(b) carteira de pedidos:** Referem-se aos pedidos de venda em aberto na data da aquisição. **(c) relacionamento com o cliente:** refere-se aos diretos contratuais decorrentes de: (i) prática da Companhia em estabelecer contratos com seus clientes; (ii) histórico de relacionamento com os clientes; (iii) altos custos para o cliente, em caso de alterar o fornecedor do contrato; (iv) probabilidade de ocorrência de novos negócios no futuro. De acordo com a avaliação da administração com apoio de seus consultores, através da aplicação de procedimentos aplicáveis para mensuração da vida útil das marcas, concluiu-se que o prazo é indefinido e portanto a marca será avaliada anualmente para fins de "*impairment*" de acordo com as regras contábeis aplicáveis. O montante de R$ 1.848 (2013 - R$ 1.804) referente à despesa de amortização foi reconhecido no resultado em "Pesquisa e desenvolvimento" - Controladora. O montante de R$ 3.635 (2013 - R$ 4.018) referente à despesa de amortização, R$ 1.788 (2013 - R$ 2.214) foi reconhecido no resultado em "Custo dos produtos e serviços vendidos", R$ 1.847 (2013 - R$ 1.804) foi reconhecido no resultado em "Pesquisa e desenvolvimento" - Consolidado.

12. FINANCIAMENTOS

A movimentação dos financiamentos, controladora e consolidado, está demonstrada a seguir:

	Circulante		Não Circulante					
	2014	2013	2014	2013	Vencimento	Amortização do principal	Encargos financeiros	Garantia
Financiamentos de exportação (a)	52.040	173	63.790	52.040	15/12/2017	Parcela única	Taxas 5,50% a 8,00% ao ano	Nota promissória/Fiança-Aval Rominor
Programa de Sustentação do Investimento - BNDES PSI (b)	9.809	–	15.707	8.351	15/06/2020	Trimestral	Taxas 3,00%, 3,50% e TJLP + 3,77% ao ano	Alienação fiduciária de máquinas e hipoteca de imóveis e terrenos
Imobilizado - moeda nacional	17.794	24.551	26.026	43.820	16/11/2017	Mensal	TJLP + Juros de 1,36% a 1,63% ao ano	Alienação fiduciária de máquinas e hipoteca de imóveis e terrenos
FINAME diversos	10.666	5.006	4.766	24.327	15/01/2024	Mensal/ Trimestral	Taxas 3,00 a 6,00% ao ano	Alienação fiduciária da máquina financiada/Aval Rominor/Nota Promissória
Capital de giro (c)	4.681	10.995	2.441	6.329	15/07/2015	Mensal	TJLP + Juros de 3,10% ao ano	Fiança da subsidiária Rominor
Financiamentos Importação de Bens (FINIMP) (d)	3.392	8.918	–	–	09/04/2015	Parcela única	Juros de 1,10% ao ano + Variação Cambial	Não existe garantias
Finep URTJ-01	821	–	16.826	–	15/05/2019	Mensal	TJLP + 5,00% ao ano - Deduzido 6,00%	Fiança Bancária
Saques refinanciados - moeda nacional e outros	1.513	1.619	162	837	23/07/2016	Semestral	Libor + Juros de 1,00% ao ano + 5,40% flat	Contrato de prenda do cliente
Controladora	**100.716**	**51.262**	**129.718**	**135.704**				
Outros	3.092	2.907	2.661	207				
Burkhardt + Weber (B+W) - Financiamento construção escritório administrativo - € (e)	1.108	–	11.026	12.793	30/06/2027	Trimestral	2,4% ao ano	Ativo imobilizado (Prédio)
Consolidado	**104.916**	**54.169**	**143.405**	**148.704**				

(a) Em junho de 2012, dezembro de 2013 e julho, novembro e dezembro de 2014, a Companhia captou R$ 52.040, R$ 8.351,R$ 19.006, R$ 19.268 e R$ 17.165, respectivamente, através do contrato de financiamento firmado com o BNDES, pelo programa de Sustentação do Investimento - BNDES PSI, a ser liquidado em parcela única em junho de 2015, dezembro de 2016 e julho, novembro e dezembro de 2017. Sobre estes financiamentos incidem juros pré-fixados de 8% ao ano, exigíveis trimestralmente durante o prazo do contrato. A Companhia se obriga a exportar, até a data de liquidação do contrato o equivalente a US$ 65.215. A garantia do empréstimo se dá através de Nota Promissória/Aval da sua subsidiária Rominor. Na ocorrência de não exportação dentro do prazo estipulado, será exigida multa contratual da Companhia correspondente a 10% sobre o valor inadimplido. A Companhia espera cumprir as condições de exportação estabelecidas no contrato de financiamento. Não existem cláusulas de cumprimento de índices financeiros. (b) Em junho de 2013 foi autorizada a Diretoria da Companhia a contratar um financiamento junto ao BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, no valor de R$ 27.762 dividido em quatro subcréditos, com as finalidades de desenvolvimento de novos produtos, produção de protótipos nacionais, aquisição de maquinário nacional e expansão da capacidade produtiva das plantas de usinagem, com taxas variando de 3,0%, 3,5% e TJLP + 3,77%, com carência de 18 a 24 meses e prazo de pagamento de 6 a 60 meses. Nesse contrato foi constituída uma cláusula de obrigações contratuais que se refere a constituição dos seguintes *covenants*: (i) Índice de Capitalização: (Patrimônio Liquido Consolidado/Ativo Total Consolidado) maior ou igual a 0,30; (ii) Índice de Distribuição de Resultados: (dividendos + JSCP/Lucro Líquido do Exercício) limitado a 0,25. (c) Em 28 de junho de 2012, a Companhia assinou Contrato de Abertura de Crédito Fixo até o limite de R$ 20 milhões ("crédito") a ser provido com recursos originários da Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME ou do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Esse crédito destina-se única e exclusivamente ao financiamento de capital de giro. O principal e os juros serão liquidados em 24 meses, após 12 meses de carência, sendo que o primeiro pagamento iniciou-se em 15 de agosto de 2013. Os encargos financeiros correspondem à Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) acrescido de 3,1% ao ano a título de "spread". Quando a TJLP superar 6% ao ano, a diferença será capitalizada e exigida juntamente com o pagamento das parcelas do principal. A garantia do empréstimo se dá através de fiança da sua subsidiária Rominor. Não existem cláusulas de cumprimento de índices financeiros. (d) Durante 2014 a Companhia firmou Contratos de Financiamento para Importação de Bens (FINIMP) no montante de R$ 2.822, equivalente a US$ 1.285 mil, atualizado pela variação da taxa de câmbio do dólar americano (abril 2014), com vencimento em 2015, incidindo encargos financeiros equivalentes à taxa Libor+Spread (1,0985% + Variação Cambial). Não existem garantias para estes financiamentos assim como cláusulas de cumprimento de índices financeiros. (e) Em 5 de julho de 2012, Burkhardt + Weber firmou Contrato de Financiamento com o Commerzbank em Reutlingen (Alemanha) no montante de R$ 9.361 (equivalente a € 3.6 milhões), o qual é suportado pelo KfW Bank (Kredit-anstalt für Wiederaufbau), com vencimentos trimestrais iniciando-se em 30 de setembro de 2014, encerrando-se em 30 de junho de 2027 (15 anos). O montante liberado é destinado exclusivamente para construção das instalações destinadas a pesquisa e desenvolvimento e atividades suporte tais como suprimentos e vendas. O financiamento tem carência de 24 meses, e juros fixos de 2,4% ao ano são devidos trimestralmente, inclusive durante o período de carência. Não existem cláusulas de cumprimento de índices financeiros. Os vencimentos dos financiamentos registrados no passivo não circulante em 30 de setembro de 2014, controladora e consolidado, são como segue:

	Controladora	Consolidado
2016	37.776	38.903
2017	73.086	74.361
2018	9.253	10.316
2019	6.372	14.820
2020 e após	3.231	5.005
Total	129.718	143.405

13. FINANCIAMENTOS - FINAME FABRICANTE

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Circulante		
FINAME Fabricante	133.024	210.429
Não Circulante		
FINAME Fabricante	117.053	172.274
Total	250.077	382.703

Os contratos de financiamento FINAME fabricante são garantidos por notas promissórias e avais, sendo a principal garantidora a controlada Rominor, e os saldos são diretamente relacionados com os saldos da rubrica "Valores a receber - repasse FINAME fabricante" (Nota 5), tendo em vista que as operações de financiamento são diretamente vinculadas às vendas a clientes específicos. As condições contratuais relacionadas aos valores, encargos e prazos financiados no programa são integralmente repassadas aos clientes financiados e os recebimentos mensais oriundos da rubrica "Valores a receber - repasse FINAME fabricante" são integralmente utilizados para as amortizações dos contratos de financiamento vinculados. A Companhia atua, portanto, como repassadora dos recursos aos bancos intervenientes das operações de financiamento, porém, permanece como a principal devedora dessa operação. Os saldos da rubrica "Financiamentos - FINAME fabricante" e, consequentemente os da rubrica "Valores a receber - repasse FINAME fabricante" em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 estavam atualizados e corrigidos monetariamente até as datas de encerramento das demonstrações financeiras. A diferença entre esses saldos no montante de R$ 55.737 em 31 de dezembro de 2014 (R$ 51.443 em 31 de dezembro de 2013) refere-se a duplicatas em atraso, renegociações em andamento por atraso e operações ainda não liberadas pelo banco agente. A administração entende não existirem riscos de realização desses montantes a receber, tendo em vista que os valores possuem garantia real das próprias máquinas comercializadas. Os vencimentos de FINAME fabricante registrados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2014, controladora e consolidado, são como segue:

2016	67.513
2017	38.350
2018	11.190
Total	117.053

O valor justo dos empréstimos é igual ao seu valor de custo contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo.

14. PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS, TRABALHISTAS E CÍVEIS

A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, classificou os processos judiciais de acordo com o grau de risco de perda, conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Fiscais	49.139	48.135	49.139	48.135
Cíveis	1.140	1.673	1.381	1.673
Trabalhistas	2.905	1.866	3.002	1.866
(–) Depósitos judiciais	(45.288)	(40.288)	(45.288)	(40.288)
Total	7.896	11.386	8.234	11.386
Passivo circulante	3.797	3.557	4.135	3.557
Passivo não circulante	4.099	7.829	4.099	7.829
	7.896	11.386	8.234	11.386

A administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, classificou as ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Fiscais		
ICMS sobre ativação de máquinas	166	158
Contribuição Previdenciária - Cooperativas	2.357	2.042
Compensação de IRPJ 2002 e 2003	1.267	1.267
Cíveis		
Perdas e danos	3.545	3.543
Trabalhistas	1.611	1.109
Total	8.946	8.119

Para os processos cujas perdas foram classificadas como prová

ROMI® | TRADIÇÃO EM INOVAR

INDÚSTRIAS ROMI S.A.
Companhia Aberta - CNPJ nº 56.720.428/0001-63

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de dezembro de 2014, a natureza das principais causas, classificadas pela Administração com base na opinião de seus assessores jurídicos como de risco provável de perda e que, portanto, tiveram seus valores incluídos na provisão mencionada, é como segue: **(a) Processos fiscais:** Corresponde a provisão para: (i) PIS e COFINS sobre ICMS de vendas no montante de R$ 8.040 (2013 - R$ 7.190) e R$ 37.032 (2013 - R$ 33.116), respectivamente. (ii) Instituto Nacional do Seguro Social - INSS sobre serviços prestados por cooperativas no montante de R$ 2.862 (2013 - R$ 2.548). (iii) Os demais processos tributários somam R$ 1.205 (2013 - R$ 5.281). **(b) Processos cíveis:** Referem-se a processos cíveis em que figura a Companhia como ré, que têm como principais causas os seguintes pedidos: (i) revisão/rescisão de contratos; (ii) indenizações e (iii) anulação de protestos de títulos com perdas e danos, dentre outros. **(c) Processos trabalhistas:** A Companhia constituiu provisão para contingências para ações trabalhistas em que figura como reclamada, que têm como principais causas os seguintes pedidos: (i) horas extras pela diminuição do intervalo para refeição; (ii) insalubridade/periculosidade; (iii) estabilidade pré-aposentadoria; (iv) indenizações por acidente de trabalho/doença ocupacional e (v) responsabilidade subsidiária de empresas terceirizadas, dentre outros. As causas classificadas como de risco possível, de natureza fiscal, cível e trabalhista, discutem assuntos similares aos descritos acima. A Administração da Companhia acredita que o desfecho das causas em andamento não irá resultar em desembolso pela Companhia em valores superiores aos registrados na provisão. Os valores envolvidos não caracterizam obrigações legais. **(d) Depósitos judiciais:** A Companhia possui depósitos judiciais no montante de R$ 46.689 (2013 - R$ 41.753), dos quais R$ 45.218 (2013 - R$40.288) refere-se ao PIS e a COFINS sobre o ICMS de vendas conforme item (a) (i) e os demais depósitos são de diversas naturezas e classificados no ativo não circulante.

15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda é calculado com base no lucro real à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável que exceder R$ 240 e a contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o resultado tributável, exceto pela controlada Rominor, para qual o imposto de renda e a contribuição social são calculados com base no lucro presumido. A seguir, encontra-se a reconciliação do efeito tributário sobre o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social da controladora, aplicando-se as alíquotas mencionadas, vigentes em 31 de dezembro de 2014 e de 2013:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	8.559	30.725	12.331	34.510
Alíquota vigente (imposto de renda e contribuição social)	34%	34%	34%	34%
Expectativa de receita (despesa) de imposto de renda e contribuição social à alíquota vigente	(2.910)	(10.447)	(4.193)	(11.733)
Reconciliação para a taxa efetiva:				
Equivalência patrimonial e provisão para passivo a descoberto em controlada	1.770	2.741	–	–
IR/CSLL diferidos de subsidiárias	–	–	(1.401)	(1.091)
Pesquisa e desenvolvimento	348	3.455	348	3.455
Juros sobre o capital próprio	110	–	110	–
Participação de Administradores	(91)	(17)	(91)	(17)
Outras adições (exclusões), líquidas (a)	(551)	(556)	566	1.256
Receita de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	(1.324)	(4.823)	(4.661)	(8.131)

(a) O valor nas demonstrações financeiras consolidadas é composto pela diferença nas apurações do imposto de renda e da contribuição social entre as formas de apuração real e presumido, devido à controlada Rominor ser optante pelo regime do lucro presumido durante os períodos apresentados, e pela não constituição do imposto de renda diferido sobre os prejuízos fiscais das controladas no exterior. Segue a composição de despesas e receitas de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Correntes	1.486	(3.306)	(1.946)	(4.438)
Diferidos	(2.810)	(1.517)	(2.715)	(3.693)
Total	(1.324)	(4.823)	(4.661)	(8.131)

	2014				Romi 2013			
	Diferenças temporárias	Imposto renda	Contribuição social	Total	Diferenças temporárias	Imposto renda	Contribuição social	Total
Ativo (i):								
Estoques - provisão para realização	55.467	13.857	4.992	18.849	55.540	13.876	4.999	18.875
Reintegração de máquinas	23.378	5.840	2.104	7.944	31.900	7.970	2.871	10.841
Prejuízo fiscal	17.465	3.379	1.572	4.951	20.907	3.379	1.882	5.261
Investimentos	1.850	462	166	628	1.481	370	133	503
Ajustes a valor presente - clientes e fornecedores	890	222	80	302	1.076	269	97	366
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	52.509	13.118	669	13.787	51.674	12.911	1.024	13.935
Comissões condicionadas	248	61	22	83	128	31	12	43
Participação dos administradores	575	–	52	52	373	–	34	34
Outras diferenças ativas temporárias	5.501	1.388	495	1.883	5.990	1.496	536	2.032
Imposto de renda e contribuição social, diferidos ativos - Controladora	**157.883**	**38.327**	**10.152**	**48.479**	**169.069**	**40.302**	**11.588**	**51.890**
Passivo (ii):								
Diferenças temporariamente indedutíveis passivas:								
Baixa do deságio da controlada Rominor	4.563	1.025	378	1.403	4.563	1.025	378	1.403
Imposto de renda e contribuição social, diferidos líquidos - Controladora	**153.320**	**37.302**	**9.774**	**47.076**	**164.506**	**39.277**	**11.210**	**50.487**
Ativo - consolidado:								
Outras diferenças ativas temporárias de subsidiárias	153	38	14	52	–	–	–	–
Imposto de renda e contribuição social, diferidos ativos - Consolidado	**153.473**	**37.340**	**9.788**	**47 .128**	**164.506**	**39.277**	**11.210**	**50.487**
Baixa do deságio na aquisição de controlada (ii)	19.029	6.864	1.713	8.577	19.029	6.864	1.713	8.577
Mais valia apurado na aquisição Burkhardt + Weber (B+W)	53.528	16.839	–	16.839	54.288	17.400	–	17.400
Imposto de renda e contribuição social, diferidos passivo - consolidado	**72.557**	**23.703**	**1.713**	**25.416**	**73.317**	**24.264**	**1.713**	**25.977**

(i) O ativo registrado limita-se aos valores cuja compensação é amparada por projeções de bases tributáveis futuras, fundamentadas no melhor entendimento e na expectativa dos órgãos da Administração. As projeções de resultados tributáveis futuros incluem estimativas referentes a desempenho da economia brasileira e internacional, seleção de taxas de câmbio, volume e preço de venda e alíquotas de impostos, entre outros, que podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais. Como o resultado do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro decorre não somente do lucro tributável, mas também da estrutura tributária e societária da Companhia e de suas controladas no Brasil e no exterior, da expectativa de realização das diferenças temporariamente indedutíveis, da existência de receitas não tributáveis, de despesas não dedutíveis e de diversas outras variáveis, não existe uma correlação direta entre o lucro líquido da Companhia e de suas controladas e o resultado do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro. Portanto, a evolução da realização das diferenças temporariamente indedutíveis não deve ser considerada como um indicativo de lucros futuros da Companhia e de suas controladas. (ii) O imposto de renda e a contribuição social passivos referem-se à baixa do deságio, registrado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, gerado na aquisição da controlada Rominor e da Sandretto Itália, como parte da adoção dos CPCs. O imposto devido sobre o ganho decorrente da baixa do deságio será reconhecido no resultado no momento da efetiva realização desse deságio, que ocorrerá por alienação ou perecimento do investimento. Em 31 de dezembro de 2014, a expectativa de realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos, registrados no ativo não circulante, controladora e consolidado, é demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	2014	2013
Ativo de imposto diferido		
Ativo de imposto diferido a ser recuperado em até 12 meses	2.513	7.431
Ativo de imposto diferido a ser recuperado em mais 12 meses	50.894	44.459
	48.531	51.890
Passivo de imposto diferido		
Passivo de imposto diferido a ser recuperado em até 12 meses	(581)	(421)
Passivo de imposto diferido a ser recuperado em mais 12 meses	(23.106)	(26.959)
	(26.819)	(27.380)

Composição e movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos:

	Ativo		Passivo
	Controladora	Consolidado	Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2014	50.487	50.487	25.977
Movimentações do período			
Adições	2.199	1.749	–
Realização	(5.610)	(3.804)	(715)
Variação cambial	–	(1.304)	154
Saldo em 31 de dezembro de 2014	47.076	47.128	25.416

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social: O capital subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 no montante de R$ 489.973 é representado por 71.757.647 em ações ordinárias nominativas e escriturais, sem valor nominal, todas com os mesmos direitos e vantagens. **Reserva legal:** O saldo da rubrica "Reserva Legal", tal como previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404/76, refere-se ao montante constituído de 5% do lucro líquido do exercício, limitado a 20% do capital social. **Recompra de ações:** O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 29 de julho de 2014, aprovou o programa de aquisição de ações ordinárias de emissão da Companhia ("Programa"), para manutenção em tesouraria e posterior cancelamento ou alienação, sem redução do capital, nos termos de seu Estatuto Social, das Instruções CVM nº 10/80 e nº 268/97 e das demais disposições legais vigentes. O objetivo da Companhia com o Programa é maximizar a geração de valor para os seus acionistas, por meio da aplicação de parte de seus recursos financeiros disponíveis, dentro do montante global das reservas de lucros e de capital. No âmbito do Programa, que foi concluído em 21 de dezembro de 2014, foram adquiridas 3.000.000 de ações ordinárias de sua própria emissão, pelo valor total de R$ 10.349, sendo o valor médio por ação de R$3,45 (três reais e quarenta e cinco centavos). As ações adquiridas durante o Programa ficarão mantidas em tesouraria para posterior alienação ou cancelamento.

Ações ordinárias emitidas	31 de dezembro de 2014
Ações em 31 de dezembro de 2013	71.757.647
Ações em tesouraria	3.000.000
Ações em circulação	68.757.647

Dividendos: O estatuto social prevê a distribuição de dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei societária. A proposta de distribuição de dividendos e de constituição de reserva de lucros, da Administração à Assembleia Geral Ordinária, é conforme segue:

	2014	2013
Lucro líquido do exercício ajustado	7.235	1.365
(–) Constituição de reserva legal	(362)	(68)
Lucro passível de distribuição	6.873	1.297
Dividendos obrigatórios - 25%	(1.718)	(322)
Constituição de reserva de lucros	5.155	975

Lucro (prejuízo) por ação: O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado pela divisão do prejuízo atribuível aos acionistas da Controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Controladora e mantidas como ações em tesouraria.

	2014	2013
Lucro (prejuízo) do período atribuído aos acionistas controladores - Operações Continuadas	7.235	25.902
Lucro (prejuízo) do período atribuído aos acionistas controladores - Operações Descontinuadas	–	(24.537)
Média ponderada das ações em circulação no período em milhares	71.217	71.758
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação das Operações Continuadas em R$	0,10	0,36
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação das Operações Descontinuadas em R$	–	(0,34)

O lucro (prejuízo) básico por ação e o lucro (prejuízo) diluído por ação são iguais pelo fato de a Companhia não possuir nenhum instrumento, com efeito, diluidor sobre o lucro (prejuízo) por ação. **Ajustes cumulativos de conversão para moeda estrangeira:** A Companhia reconhece nessa rubrica o efeito acumulado da conversão cambial das demonstrações financeiras de suas controladas que mantêm registros contábeis em moeda funcional diferente da moeda da controladora. Na demonstração do patrimônio líquido, no balanço patrimonial e na demonstração do resultado abrangente, esse valor é alocado a "Ajustes de avaliação patrimonial". Esse efeito acumulado será revertido para o resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou baixa do investimento.

17. PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA ABERTA COMPLEMENTAR

A Companhia mantém contratado um plano de previdência privada complementar, com uma entidade aberta de previdência privada devidamente autorizada, em vigor desde 1º de outubro de 2000, destinado a todos os seus empregados e administradores, na modalidade de Plano Gerador de Benefício Livre - PGBL, classificado como contribuição definida. A natureza do plano permite à Companhia, a qualquer momento, a suspensão ou descontinuidade permanente de suas contribuições, por decisão única e exclusiva da própria Companhia. O custeio desse plano é suportado pela Companhia e pelos participantes, de acordo com o tipo de benefício ao qual são elegíveis. O montante de contribuições despendido pela Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foi de R$ 3.376 (R$ 2.406 em 31 de dezembro de 2013). O dispêndio com o plano de previdência privada aberta complementar foi registrado nas demonstrações do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 nas rubricas "Custo dos produtos e serviços vendidos", "Despesas com vendas" e "Despesas gerais e administrativas", em virtude do centro de custo de referência de cada empregado.

18. SEGUROS (NÃO AUDITADO)

Os valores segurados são determinados e contratados em bases técnicas estimadas e julgadas suficientes pela administração para a cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens do ativo imobilizado e dos estoques. Em 31 de dezembro de 2014 a cobertura para incêndio, vendaval, danos elétricos e roubo era composta por: (i) edificações - R$135.711; (ii) máquinas e equipamentos - R$316.308; (iii) estoques - R$ 280.058; (iv) obras - R$1.030.

19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E RISCOS OPERACIONAIS

(a) Considerações gerais: A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros cujos riscos são administrados por meio de estratégias de posições financeiras e sistemas de limites de exposição. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e restritas aos instrumentos a seguir relacionados: • Caixa e equivalentes de caixa: reconhecidos pelo custo amortizado acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento das demonstrações financeiras, os quais se aproximam do seu valor de mercado. • Duplicatas a receber e valores a receber - repasse FINAME fabricante: comentados e apresentados nas Notas 5 e 6. • Financiamentos e Financiamentos - FINAME fabricante: comentados e apresentados nas Notas 13 e 14. A Companhia acredita que os demais instrumentos financeiros como valores a pagar de aquisições em controladas e partes relacionadas que estão reconhecidos nas demonstrações financeiras pelo seu valor contábil, são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. No entanto, por não possuírem um mercado ativo, poderiam ocorrer variações caso a Companhia resolvesse liquidá-los antecipadamente. **(b) Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia:** **Risco de preço das mercadorias:** esse risco está relacionado à possibilidade de oscilação no preço dos produtos que a Companhia vende ou no preço das matérias-primas e demais insumos utilizados no seu processo de produção. As receitas de vendas e principalmente o custo dos produtos e serviços vendidos afetados por alterações nos preços internacionais de seus produtos ou materiais poderão sofrer alterações. Para minimizar esse risco, a Companhia monitora permanentemente as oscilações de preço nos mercados nacional e internacional. **Risco de taxas de juros:** esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas (ou auferir ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros incidentes sobre passivos e ativos captados (aplicados) no mercado. Para minimizar possíveis impactos advindos de oscilações em taxas de juros, a Companhia adota a política de diversificação, alternando a contratação de taxas fixas e variáveis (como a LIBOR e o CDI), com repactuações periódicas de seus contratos, visando torná-los adequados ao mercado. **Risco de taxas de câmbio:** esse risco está atrelado à possibilidade de alteração nas taxas de câmbio, afetando a despesa financeira (ou receita) e o saldo passivo (ou ativo) de contratos que tenham como indexador uma moeda estrangeira. Além das contas a receber originadas por exportações a partir do Brasil e dos investimentos no exterior que se constituem em "*hedge*" natural, para se proteger das oscilações cambiais, a Companhia avalia a exposição cambial. A Companhia possui instrumentos financeiros atrelados ao dólar norte-americano e ao Euro. Os instrumentos expostos à variação cambial são representados por duplicatas a receber, investimentos diretos, financiamentos de exportação, fornecedores e contratos de mútuo com as controladas situadas nos Estados Unidos da América e na Europa. **Risco de crédito:** advém da possibilidade da Companhia e suas controladas não receberem valores decorrentes de operações de venda ou de créditos detidos com instituições financeiras gerados por operações de investimento financeiro. **Qualidade dos créditos:** devido a pulverização da carteira de clientes e ao fato desses clientes não possuírem classificação de risco concedida por agências avaliadoras, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, o estabelecimento de um limite de crédito e o acompanhamento permanente do seu saldo devedor. Além disso, para todas as operações de FINAME Fabricante é exigida garantia real dos clientes. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado. Com relação às aplicações financeiras, a Companhia só as realiza em instituições com baixo risco de crédito. Além disso, cada instituição possui um limite máximo de saldo de aplicação, determinado pela Administração da Companhia. **Risco de liquidez:** a política de gestão do endividamento e de recursos de caixa da Companhia prevê a utilização de linhas de crédito, com ou sem lastro de recebíveis de exportação para gerenciar níveis adequados de liquidez de curto, médio e longo prazos. Os cronogramas das parcelas de longo prazo dos empréstimos são apresentadas nas Notas 13 e 14. A análise a seguir demonstra os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial em relação à data contratual do vencimento. Os valores apresentados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados. Os saldos devidos em até 12 meses são iguais aos saldos a transportar, uma vez que o impacto do desconto não é significativo:

				Consolidado
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2014				
Financiamentos	104.916	101.669	12.782	1.125
Fornecedores	30.992	–	–	–
Em 31 de dezembro de 2013				
Financiamentos	54.169	114.931	16.148	17.625
Fornecedores	43.392	–	–	–

Risco relacionado às operações de FINAME Fabricante: os passivos relacionados às operações de FINAME Fabricante têm como lastro os saldos da rubrica "Valores a receber - repasse FINAME Fabricante". Por sua vez, os equipamentos relacionados a esses valores a receber possuem reserva de domínio registrada em cartório, em favor da Companhia, com o objetivo de reduzir o eventual risco de perdas. **Risco de gerenciamento de capital:** o objetivo da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade operacional e oferecer retorno aos acionistas e benefícios a outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. A Companhia administra sua estrutura de capital, a qual consiste em uma relação entre as dívidas financeiras, líquidas de caixa e equivalente de caixa, e o capital próprio (patrimônio líquido), respeitando alçadas de aprovações e limites de endividamentos estabelecidos e aprovados pelo Conselho de Administração, como demonstrado a seguir. Tais limites são revisados periodicamente pelo Conselho de Administração.

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Total dos empréstimos	480.511	569.669	498.398	585.576
(–) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	(106.170)	(63.834)	(145.580)	(107.232)
FINAME Fabricante a receber (Nota 6)	(305.814)	(434.146)	(305.814)	(434.146)
Dívida líquida	68.527	71.689	47.004	44.198
Total do patrimônio líquido	642.537	648.235	644.161	649.923
Total do capital	711.064	719.924	691.165	694.121
Índice de alavancagem financeira - %	10%	10%	7%	6%

Análise de sensibilidade adicional requerida pela CVM: (i) Variações na moeda estrangeira: As flutuações do câmbio podem afetar positiva ou adversamente as demonstrações financeiras em decorrência de aumento ou redução nos saldos de fornecedores de materiais em componentes importados, aumento ou redução nos saldos de valores a receber de clientes de exportação e aumento ou redução nos saldos de empréstimos e financiamentos, denominados em moeda estrangeira. Em 31 de dezembro de 2014, os saldos denominados em moeda estrangeira estavam sujeitos à variação cambial. Os ativos e passivos com exposição a flutuação das taxas de câmbio registrados no Balanço Patrimonial são demonstrados no quadro a seguir:

	Controladora
Caixa e equivalentes de caixa	976
Duplicatas a receber	6.390
Partes relacionadas a receber	71.654
Partes relacionadas a pagar	(410)
Fornecedores	(2.645)
Outras contas a pagar	(2.271)
Exposição ativa, líquida	73.694

A seguir está demonstrada a perda que teriam sido reconhecidos no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 de acordo com os seguintes cenários:

			Controladora
	Cenário provável	Cenário II	Cenário III
Exposição ativa líquida	148.095	85.505	128.257

O cenário provável considera as taxas futuras do dólar norte-americano e do Euro, conforme cotações obtidas no Banco Central do Brasil. Os cenários II e III consideram uma alta do câmbio de 25% e de 50%, respectivamente. Os cenários provável, II e III estão sendo apresentados em atendimento à Instrução CVM nº 475/08. A Administração utiliza o cenário provável na avaliação das possíveis mudanças na taxa de câmbio e apresenta o referido cenário em atendimento à IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações. **(ii) Variações na taxa de juros:** Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras, bem como as despesas financeiras provenientes dos financiamentos da Companhia, são afetados pelas variações nas taxas de juros, tais como TJLP e CDI. Em 31 de dezembro de 2014, foram estimados três cenários de aumento ou uma redução nas taxas de juros. A seguir está apresentada a exposição ao risco de juros das operações vinculadas à variação do CDI e da TJLP:

	Controladora	Consolidado
Certificado de depósito bancário "CDB" (Nota 4)	54.391	72.103
Total de empréstimos e financiamentos vinculados à TJLP	(61.467)	(61.467)
Exposição ativa (passiva), líquida	(7.076)	10.636

A análise de sensibilidade considera a exposição dos empréstimos e financiamentos atrelados à TJLP, líquidos das aplicações financeiras, indexadas ao CDI. As tabelas seguintes demonstram a perda (ganho) incremental que teria sido reconhecida(o) no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 de acordo com os seguintes cenários:

			Controladora
	Cenário provável	Cenário II	Cenário III
Exposição ativa líquida	3.347	4.184	5.021

			Consolidado
	Cenário provável	Cenário II	Cenário III
Exposição passiva líquida	5.538	6.923	8.308

O cenário provável considera as taxas futuras de juros conforme cotações obtidas na BM&FBOVESPA. Os cenários II e III consideram uma alta das taxas de juros em 25% e 50%, respectivamente. Ressalta-se que o FINAME Fabricante, por tratar-se de financiamento especificamente vinculado a operações de vendas que são devidas à Companhia mas que, pelas regras do FINAME Fabricante, tem suas taxas de juros repassadas integralmente aos clientes, a Companhia entende não existir impacto financeiro no resultado decorrente da flutuação da taxa de juros nesses financiamentos. **(c) Instrumentos financeiros por categoria:** Os principais ativos e passivos financeiros consolidados da Companhia estão apresentados a seguir:

	Valor contábil		Valor de mercado	
	2014	2013	2014	2013
Ativos financeiros				
Empréstimos e recebíveis:				
Caixa e equivalentes de caixa	145.580	107.232	145.580	107.232
Duplicatas a receber - circulante	105.923	120.371	105.923	120.371
Valores a receber - repasse FINAME Fabricante	173.575	243.434	173.575	243.434
Duplicatas a receber - não circulante	8.700	10.814	8.700	10.814
Valores a receber - repasse FINAME Fabricante - não circulante	132.239	190.712	132.239	190.712
Depósitos judiciais	1.471	1.465	1.471	1.465
Passivos financeiros				
Outros passivos financeiros				
Financiamentos - circulante	104.916	54.169	104.916	54.169
Financiamentos - não circulante	143.405	148.704	143.405	148.704
Financiamentos - FINAME Fabricante - circulante	133.024	210.429	133.024	210.429
Financiamentos - FINAME Fabricante - não circulante	117.053	172.274	117.053	172.274
Fornecedores - circulante	30.992	43.392	30.992	43.392
Outras contas a pagar - circulante	14.989	9.269	14.989	9.269
Outras contas a pagar - não circulante	350	823	350	823

20. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO - CONSOLIDADO

Para gerenciar suas operações, a Companhia está organizada em três unidades de negócio, as quais são a base na qual reporta as suas informações primárias por segmento. Os principais segmentos são: máquinas-ferramenta; máquinas para plásticos; e fundidos e usinados. As informações por segmento referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 estão apresentadas a seguir - Consolidado:

				31 de dezembro de 2014	
	Máquinas-ferramenta	Máquinas para plástico	Fundidos e usinados	Eliminações entre segmentos	Consolidado
Receita operacional líquida	453.799	97.194	97.618	–	648.611
Custo dos produtos e serviços vendidos	(304.853)	(55.778)	(120.553)	–	(481.184)
Transferências remetidas	5.942	–	20.407	(26.349)	–
Transferências recebidas	(16.691)	(9.635)	(23)	26.349	–
Lucro (prejuízo) bruto	138.197	31.781	(2.551)	–	167.427
(Despesas) receitas operacionais:					
Vendas	(50.988)	(17.807)	(3.943)	–	(72.738)
Gerais e administrativas	(45.939)	(10.850)	(7.004)	–	(63.793)
Pesquisa e desenvolvimento	(14.018)	(5.806)	–	–	(19.824)
Honorários da Administração	(4.288)	(1.022)	(1.132)	–	(6.442)
Outras receitas operacionais, líquidas	4.771	182	–	–	4.953
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	27.735	(3.522)	(14.630)	–	9.583
Estoques	184.453	48.558	25.003	–	258.014
Depreciação e amortização	20.478	2.686	12.048	–	35.212
Imobilizado, líquido	170.555	6.950	100.895	–	278.400
Intangível	45.610	556	–	–	46.166

	Europa	América do Norte	América Latina	Ásia	Total
Receita operacional líquida	116.569	13.652	474.538	43.852	648.611

				31 de dezembro de 2013	
	Máquinas-ferramenta	Máquinas para plástico	Fundidos e usinados	Eliminações entre segmentos	Consolidado
Receita operacional líquida	475.725	81.159	110.539	–	667.423
Custo dos produtos e serviços vendidos	(306.618)	(44.294)	(123.239)	–	(474.151)
Transferências remetidas	8.634	–	20.865	(29.499)	–
Transferências recebidas	(17.006)	(8.798)	(3.695)	29.499	–
Lucro bruto	160.735	28.068	4.470	–	193.272
(Despesas) receitas operacionais:					
Vendas	(50.148)	(18.051)	(3.804)	–	(72.003)
Gerais e administrativas	(48.881)	(9.547)	(8.078)	–	(66.506)
Pesquisa e desenvolvimento	(13.136)	(5.930)	–	–	(19.066)
Honorários da Administração	(4.372)	(784)	(1.018)	–	(6.174)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	754	–	–	–	754
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	44.952	(6.245)	(8.430)	–	30.277
Estoques	203.737	52.625	17.704	–	274.066
Depreciação e amortização	21.367	2.345	12.340	–	36.052
Imobilizado, líquido	176.213	5.723	90.623	–	272.559
Intangível	44.582	4.361	–	–	48.943

	Europa	América do Norte	América Latina	Ásia	Total
Receita operacional líquida	91.065	9.570	534.375	32.413	667.423

21. COMPROMISSOS FUTUROS

Em 15 de junho de 2014, a Companhia e a Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A. - CDSA, pertencente ao grupo Endesa, resolveram aditar o contrato de compra de energia elétrica firmado em 1º de maio de 2007, objetivando contratar o volume de energia elétrica de acordo com as necessidades da Companhia. Como resultado dessa adequação o período de fornecimento da energia elétrica foi estendido por mais quatro anos, ou seja, até 31 de dezembro de 2018, e passou a refletir os seguintes valores os quais são reajustados anualmente pelo Índice Geral de Preços de Mercado - IPCA:

Ano de fornecimento	**Valor**
2015	8.879
2016	9.152
2017	9.699
2018	7.607
Total	35.336

A Administração da Companhia é da opinião de que esse contrato está condizente com as necessidades de consumo de energia elétrica para o prazo contratado.

22. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

A receita líquida de vendas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 possuem a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Mercado interno	558.742	619.299	559.166	611.148
Mercado externo	37.495	36.022	197.936	172.072
Receita bruta de vendas	596.237	655.321	757.103	783.220
(–) Impostos incidentes sobre as vendas	(102.644)	(113.383)	(108.492)	(115.797)
Receita líquida de vendas	493.593	541.938	648.611	667.423

23. DESPESA POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Depreciação e amortização	28.687	30.280	35.212	36.051
Despesas com pessoal	148.894	148.255	209.531	199.392
Matéria-prima e materiais de uso e consumo	217.552	226.955	305.537	301.537
Frete	26.954	25.859	22.692	22.617
Outras despesas	72.141	91.868	71.776	78.303
Total	494.228	523.217	644.748	637.900
Classificados como:				
Custo dos produtos e serviços vendidos	374.135	393.636	481.184	474.151
Despesas com vendas	53.748	56.487	72.738	72.003
Despesas gerais e administrativas	39.439	48.038	63.793	66.506
Pesquisa e desenvolvimento	19.824	19.011	19.824	19.066
Participação e honorários da Administração	6.315	6.045	6.442	6.174
Total	494.228	523.217	644.748	637.900

24. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Receitas financeiras:				
Rendimento de aplicações financeiras	5.473	4.343	7.381	5.767
Juros de duplicatas a receber	6.774	7.263	6.774	7.688
Reembolso CPFL (a)	–	1.580	–	1.580
Outros	250	389	248	12
Total	12.497	13.575	14.403	15.047
Despesas financeiras:				
Juros de financiamento	(11.546)	(13.513)	(12.611)	(14.321)
Outras	(336)	(256)	(336)	(372)
	(11.882)	(13.769)	(12.947)	(14.693)

(a) No ano de 2013 a Companhia recebeu decisão favorável no pleito de receber o reembolso da cobrança indevida da majoração de energia elétrica pela CPFL em 1986.

25. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Reversão (provisão) para perdas Eletrobrás	(306)	341	(306)	341
Resultado da venda de ativos	1.592	207	3.429	207
Outros	(62)	(275)	1.830	206
	1.224	273	4.953	754

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Américo Emílio Romi Neto - Presidente
Carlos Guimarães Chiti - Vice Presidente

José Carlos Romi - Membro
Paulo Romi - Membro
**Adriana

ROMI® | TRADIÇÃO EM INOVAR

INDÚSTRIAS ROMI S.A.

Companhia Aberta - CNPJ nº 56.720.428/0001-63

www.romi.com.br

continuação

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas

Indústrias Romi S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Indústrias Romi S.A. (a "Companhia" ou "Controladora") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as demonstrações financeiras consolidadas da Indústrias Romi S.A. e suas controladas ("Consolidado") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião:** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Indústrias Romi S.A. e da Indústrias Romi S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Outros assuntos: Informação suplementar - Demonstrações do Valor Adicionado:** Examinamos também as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Campinas, 10 de fevereiro de 2015

pwc
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F"

Marcos Roberto Sponchiado
Contador CRC 1SP175536/O-5

ROMINOR - COMÉRCIO, EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

Companhia Fechada - CNPJ nº 84.696.814/0001-00

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO | 2014

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos acionistas as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2014. Atendendo às disposições da Instrução CVM nº 381/03, a Companhia informa que no exercício social encerrado em 31/12/2014 não ocorreu a prestação de qualquer serviço que não seja o de auditoria das demonstrações financeiras, pela empresa PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes.

Santa Bárbara d´Oeste, 9 de fevereiro de 2015

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais

Ativo	Nota	2014	2013
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	17.784	18.711
Contas a receber de clientes	9	145	156
Impostos a recuperar		326	153
		18.255	19.020
Não Circulante			
Propriedades para investimentos	7	949	949
Outros investimentos		65	57
Imobilizado	8	4.511	4.732
		5.525	5.738
Total do ativo		23.780	24.758

Passivo e do patrimônio líquido	Nota	2014	2013
Circulante			
Impostos e contas a pagar		22	29
Dividendos propostos	10	33	37
Imposto de renda e contribuição social a recolher		275	336
Total do passivo		330	402
Patrimônio líquido			
Capital social	10	17.451	17.451
Reservas de capital		80	80
Reservas legal e de lucros	10	5.919	6.825
Total do patrimônio líquido		23.450	24.356
Total do passivo e do patrimônio líquido		23.780	24.758

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais

	Nota	2014	2013
Receita	12	4.974	6.839
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas administrativas	14	(495)	(156)
Honorários da administração		(124)	(127)
Outras receitas operacionais, líquidas	8	1.837	200
Lucro operacional		6.192	6.756
Receitas financeiras	13	1.894	1.424
Despesas financeiras	13	(1)	(2)
Receitas financeiras, líquidas		1.893	1.422
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		8.085	8.178
Imposto de renda e contribuição social		(1.804)	(1.299)
Lucro líquido do exercício		6.281	6.879
Lucro líquido básico e diluído por ação (expresso em reais - R$)	10	1,01	1,11

Não há outros resultados abrangentes no exercício corrente e no exercício anterior, além do lucro líquido do exercício.
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em milhares de reais

	Nota	Capital social	Reservas de capital	Reservas: Reserva de retenção de lucros	Reservas: Reserva legal	Reservas: Total	Lucros acumulados	Total
Em 1º de janeiro de 2013		17.451	80	4.135	3.490	7.625	–	25.156
Total do resultado abrangente do exercício								
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	6.879	6.879
Total do resultado abrangente do exercício		–	–	–	–	–	6.879	6.879
Contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas								
Dividendos pagos (equivalente a R$1,24 por ação)	10	–	–	(4.135)	–	(4.135)	(3.544)	(7.679)
Retenção de lucros	10	–	–	3.335	–	3.335	(3.335)	–
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas		–	–	(800)	–	(800)	(6.879)	(7.679)
Em 31 de dezembro de 2013		17.451	80	3.335	3.490	6.825	–	24.356
Total do resultado abrangente do exercício								
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	6.281	6.281
Total do resultado abrangente do exercício		–	–	–	–	–	6.281	6.281
Contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas								
Dividendos pagos (equivalente a R$ 1,16 por ação)	10	–	–	(3.335)	–	(3.335)	(3.852)	(7.187)
Retenção de lucros	10	–	–	2.429	–	2.429	(2.429)	–
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas		–	–	(906)	–	(906)	(6.281)	(7.187)
Em 31 de dezembro de 2014		17.451	80	2.429	3.490	5.919	–	23.450

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais

	2014	2013
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	8.085	8.178
Ajuste de:		
Depreciação	58	64
Ganho na alienação de investimento	(1.837)	(200)
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber	11	(33)
Impostos a recuperar	(173)	90
Impostos e contas a pagar	(7)	(7)
Caixa gerado nas atividades operacionais	6.137	8.092
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.865)	(1.285)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	4.272	6.807
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aumento de investimentos	(8)	(8)
Alienação do imobilizado	2.000	200
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento	1.992	192
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos pagos	(7.191)	(7.684)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(7.191)	(7.684)
Redução de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	(927)	(685)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	18.711	19.396
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	17.784	18.711

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Rominor - Comércio, Empreendimentos e Participações S.A. ("Companhia") tem por objetivo principal a locação de imóveis e a intermediação de negócios e corretagem, basicamente representada pelas comissões recebidas de instituições financeiras, decorrente de garantias e avais. De acordo com seu Estatuto Social, poderá ainda comercializar máquinas, equipamentos e acessórios, exportar e importar, prestar serviços de acordo com suas atividades operacionais, administrar bens próprios e de terceiros e participar em outras companhias. Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia e autorizadas para divulgação em 9 de fevereiro de 2015.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **2.1. Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs). A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras (Nota 3). **(a) Mudanças nas políticas contábeis e divulgações:** Não há novos pronunciamentos ou interpretações de CPCs/IFRS vigindo a partir de 2014 que poderiam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. **(b) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em R$, que é a moeda funcional da Companhia. **2.2. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa e aplicações em títulos com alta liquidez e riscos insignificantes de perda de valor, com vencimentos originais de até três meses. Estão registrados ao custo ou de acordo com o mercado, e quando aplicável, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços. **2.3. Ativos financeiros - empréstimos e recebíveis**: Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis compreendem "Caixa e equivalentes de caixa" e "Contas a receber de clientes " (Notas 2.2 e 2.4, respectivamente). A Administração avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por impairment são incorridas somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. **2.4. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de aluguéis de imóveis. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PDD" ou *impairment*). **2.5. Propriedades para investimentos e ativo imobilizado: Propriedades para investimentos:** Estão registradas ao custo de aquisição, deduzido de provisões para possíveis perdas na sua realização, quando necessária. **Ativo imobilizado:** O imobilizado é composto basicamente por terrenos e prédios que são mensurados pelo seu custo histórico deduzido da respectiva depreciação, acrescido, quando aplicável, de juros capitalizados incorridos durante a fase de construção dos novos ativos. A depreciação é calculada pelo método linear, que leva em consideração a vida útil-econômica estimada dos bens, sendo que a vida útil estimada das edificações é de 25 anos. Terrenos não são depreciados. **2.6. Passivos financeiros e instrumentos de patrimônio ("capital social") emitidos pela Companhia: (a) Classificação como passivos financeiros e capital social:** Instrumentos de dívida e de patrimônio líquido são classificados como passivos financeiros ou como capital social de acordo com a essência do acordo contratual. Passivos financeiros são designados como outros passivos reconhecidos inicialmente a valor justo e mensurados subsequentemente pelo custo amortizado utilizando-se do método dos juros efetivos. **(b) Passivos de garantias financeiras contratuais:** Passivos de garantias financeiras contratuais são mensurados inicialmente pelo valor justo e subsequentemente pelo maior entre: • O montante da obrigação do contrato; e • O montante inicialmente reconhecido deduzido, quando aplicável, da amortização acumulada reconhecida de acordo com a prática contábil de reconhecimento de receita definida. **2.7. Imposto de renda e contribuição social - Lucro Presumido:** A Companhia adotou a opção da legislação fiscal vigente referente à apuração do imposto de renda e da contribuição social com base no lucro fiscal presumido. Sendo assim, com base no Artigo 15 da Lei nº 9.429/95, os percentuais utilizados para a determinação das bases de cálculo são os seguintes: • 32% sobre receitas e serviços. • 100% sobre os rendimentos financeiros. Sobre as bases de cálculo constituídas, o imposto de renda é calculado à alíquota de 15% acrescido do adicional de 10% sobre a receita que exceder R$ 240 ao ano, e a contribuição social é calculada à alíquota de 9%. **2.8. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas (passivos). **2.9. Capital social:** As ações ordinárias são apresentadas no patrimônio líquido. **2.10. Distribuição de dividendos:** É reconhecida como passivo no momento em que os dividendos são propostos pela Administração. O estatuto social da Companhia prevê que, no mínimo, 25% do lucro líquido do exercício, apurado de acordo com a legislação societária e as práticas contábeis adotadas no Brasil, sejam distribuídos como dividendos. A Companhia registra, no encerramento do exercício social, provisão para o montante de dividendo mínimo que ainda não tenha sido pago durante o exercício. **2.11. Reconhecimento de receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pelos aluguéis de propriedades para investimento e por comissões recebidas de instituições financeiras por ser garantidora de fianças bancárias. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. **2.12. Outras receitas e despesas:** O resultado das operações é registrado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios.

3. USO DE ESTIMATIVAS

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer da Administração da Companhia o uso de estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas registrados, bem como a divulgação das demonstrações financeiras. Os resultados efetivos dessas transações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem divergir dessas estimativas.

4. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

4.1. Fatores de risco financeiro: As atividades da Companhia a expõem a risco financeiro, principalmente por riscos de mercados (risco com taxa de juros). O programa de gestão de risco da Companhia busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras são afetados pelas variações nas taxas de juros relacionadas ao CDI.

5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, os instrumentos financeiros que a Companhia possuía consistiam basicamente de caixa e equivalentes de caixa (Nota 3) e contas a receber de clientes, e garantias oferecidas sobre operações de sua controladora, as quais apresentam valores compatíveis com os praticados pelo mercado nas datas dos balanços patrimoniais. **Provisão para garantia:** A Companhia é avalista de financiamentos contraídos pela sua controladora, Indústrias Romi S.A., nas operações de Finame fabricante, que se referem a financiamentos especificamente vinculados a operações mercantis de venda praticadas por sua controladora, com condições de financiamento estabelecidas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social ("BNDES").

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2014	2013
Caixa	71	53
CDB - Certificado de Depósito Bancário	17.713	18.658
Total do caixa e equivalentes de caixa	17.784	18.711

As aplicações financeiras, possuem rentabilidade substancialmente fixada pelo CDI - Certificado de Depósito Interbancário.

7. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTOS

	2014	2013
Terrenos	949	949
	949	949

A Companhia por meio de indicadores de mercado, obtidos de avaliadores independentes que utilizaram preços de transações efetuadas com propriedades similares, estimou que o valor justo dessas propriedades, reduzido de eventuais custos de transação, é de R$ 17.970.

8. IMOBILIZADO

	Taxa anual de depreciação (%)	2014	2013
Edificações	4	3.816	4.016
Depreciação acumulada		(3.215)	(3.252)
		601	764
Terrenos		3.910	3.968
		4.511	4.732

O montante de R$ 58 (2013 - R$ 64) referente à despesa de depreciação foi reconhecido no resultado em "Despesas administrativas".

	2014	2013
Saldo em 1º de janeiro	4.732	4.796
Baixa (i)	(163)	–
Depreciação do exercício	(58)	(64)
	4.511	4.732

(i) Refere-se à venda do imóvel localizado em Joinville-SC. O valor da venda foi de R$ 2.000, sendo o ganho na venda de R$ 1.837.

9. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, os saldos e as transações com partes relacionadas são os seguintes:

Saldos patrimoniais	Contas a receber (Aluguéis) 2014	Contas a receber (Aluguéis) 2013	Contas a pagar (Dividendos e outros) 2014	Contas a pagar (Dividendos e outros) 2013
Controladora direta:				
Indústrias Romi S.A.	122	122	3	3
Total	122	122	3	3

As transações com partes relacionadas decorrem das receitas oriundas dos contratos de locação de imóveis, totalizou R$ 1.500 (R$ 1.469 em 2013) e dos serviços administrativos o montante de R$ 13 em 2014 (R$ 12 em 2013). Os honorários dos administradores da Companhia foram de R$ 124 (2013 - R$ 127).

10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 é representado por 6.191.156 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, integralmente autorizadas e integralizadas. **Dividendos:** O estatuto social prevê a distribuição de dividendos mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado na forma da lei societária. A proposta de distribuição de dividendos e de constituição de reserva de lucros pela Administração à Assembleia Geral Ordinária é como segue:

	2014	2013
Lucro líquido do exercício	6.281	6.879
(–) Constituição de reserva legal	–	–
Lucro passível de distribuição	6.281	6.879
Dividendos propostos e distribuídos	(3.852)	(3.544)
Constituição de reserva de lucros	2.429	3.335
Percentual dos dividendos propostos sobre o lucro passível de distribuição	61%	51%

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 9 de fevereiro de 2015, foi autorizada a distribuição de dividendos remanescentes, referente ao exercício de 2014, no valor de R$ 2.429, a ser pago em 20 de fevereiro de 2015, sujeito a ratificação na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 16 de março de 2015. Em 23 de julho de 2014, foi aprovada pelo Conselho de Administração a distribuição de dividendos antecipados no valor de R$ 3.852, pagos durante o exercício social de 2014, oriundo de lucros apurados no 1º semestre de 2014. Em 11 de março de 2014 foi aprovada pela Assembleia Geral Ordinária a distribuição de dividendos adicionais no valor de R$ 3.335, totalizando R$ 7.187, pagos durante o exercício social de 2014, oriundos das reservas de lucros existentes em 31 de dezembro de 2013 e o lucro apurado no 1º semestre de 2014. **Reserva legal:** De acordo com o previsto no Artigo 193 da Lei nº 6.404/76, 5% do lucro líquido do exercício deve ser utilizado para constituição de reserva legal, que não pode exceder a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia não registrou valor como reserva legal, pois em 2012 já atingiu o limite de 20% do capital social. **Reserva de lucros:** Em conformidade com o Estatuto Social, o montante de lucros retidos no exercício, adicionados à reserva de lucros, teve sua destinação definida pelo Conselho de Administração em 9 de fevereiro de 2015, a ser notificado pela Assembleia Geral Ordinária, que aprovará as demonstrações financeiras. **Lucro por ação:** O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício.

	2014	2013
Lucro líquido do exercício	6.281	6.879
Média ponderada das ações no exercício - em milhares	6.191	6.191
Lucro básico e diluído por ação - em R$	1,01	1,11

O lucro básico por ação e o lucro diluído por ação são iguais pelo fato de a Companhia não possuir nenhum instrumento com efeito diluidor sobre o lucro por ação.

11. PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA ABERTA COMPLEMENTAR

A Companhia mantém contratado um plano de previdência privada aberta complementar com uma entidade de previdência privada, devidamente autorizada, desde 1º de outubro de 2000, destinado a todos os seus Administradores, na modalidade de Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL) e classificado como contribuição definida. A natureza do plano permite à Companhia, a qualquer momento, a suspensão ou descontinuidade permanente de suas contribuições. O custeio deste plano é suportado pela Companhia de acordo com o tipo de benefício ao qual são elegíveis os Administradores. O montante de contribuições despendidas pela Companhia foi de R$ 8 (R$ 4 em 2013).

12. RECEITA

A receita operacional líquida para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 possuem a seguinte composição:

	2014	2013
Receita operacional bruta - mercado interno	5.162	7.098
Impostos e contribuições	(188)	(259)
Receita operacional líquida	4.974	6.839

13. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

	2014	2013
Rendimentos de aplicações financeiras	1.894	1.424
IOF sobre operações financeiras	(1)	(2)
Total	1.893	1.422

14. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2014	2013
Depreciação de imóveis	58	64
Despesas com avaliação de ativos	207	–
Tributárias	139	30
Outras	91	62
Total	495	156

15. SEGUROS (NÃO AUDITADO)

A Companhia na qualidade de arrendadora das suas propriedades, conforme descrito na Nota 8, determina no contrato de locação dos imóveis que a responsabilidade pela contratação do seguro para cobertura de eventuais perdas decorrentes dos sinistros, é do arrendatário. A Administração da Companhia monitora a suficiência dos valores contratados com base na orientação de riscos feita por consultores especializados, e a vigência da apólice e manutenção dos pagamentos mensais de prêmios, através da obtenção de documentação suporte.

16. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 a Companhia não possuía processos judiciais com probabilidade de perda provável ou possível que devessem ser provisionados ou divulgados, respectivamente.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Américo Emílio Romi Neto - Presidente
Adriana Romi - Vice-Presidente
Eugênio Guimarães Chiti - Membro

DIRETORIA

Livaldo Aguiar dos Santos - Presidente
Luiz Cassiano Rando Rosolen - Vice-Presidente
Fábio Barbanti Taiar - Diretor
William dos Reis - Diretor

CONTADOR

José Carlos Pantaroto
CRC SP 200388/O-5
CPF: 822.534.808-78

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas

Rominor - Comércio, Empreendimentos e Participações S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras da **Rominor - Comércio, Empreendimentos e Participações S.A.** (a "Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião:** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Rominor - Comércio, Empreendimentos e Participações S.A.** em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Campinas, 9 de fevereiro de 2015

pwc
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F"

Marcos Roberto Sponchiado
Contador CRC 1SP175536/O-5